

# A Classe Operária



PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



## POLÍTICA SALARIAL

Centrais sindicais querem mudar MP para assegurar 100% de reajuste mensal.

PÁGINA 4

# AMAZÔNIA

## Estados Unidos apertam o cerco



ARQUIVO

### Partidos

O PMDB prepara arapuca contra a democracia, em projetos que tramitam na Câmara e no Senado, dificultando a vida dos pequenos partidos na nova lei eleitoral.

PÁGINA 5

### Constituição

Grandes partidos marcam revisão mas cresce o movimento que pretende barrar esse golpe

PÁGINA 7

### CUT

A Plenária Nacional da CUT será nos dias 24 a 28 de agosto. Um bloco de oposição pretende reforçar o caráter classista da entidade.

PÁGINA 10

### Neoliberalismo

Fórum de São Paulo realizado em Cuba de 21 a 24 de Julho une a esquerda Latino-americana e do Caribe, contra o plano neoliberal.

PÁGINAS 12 E 13



### Estudantes

Caras-pintadas voltam às ruas e elegem Fernando Henrique como inimigo público número um, além de protestar contra o aumento abusivo das mensalidades escolares.

PÁGINA 11



CDM

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

# Resumo

## 4/8. quarta

■ Entrevistaram-se com o presidente da República os representantes da UNE e da Ubes que foram tratar do problema das mensalidades escolares e também manifestaram a Itamar Franco sua posição contrária às privatizações de empresas estatais programadas. Na ocasião, o presidente garantiu aos estudantes que durante seu governo a Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD) e a Petrobrás não serão privatizadas. É esperar para conferir. No dia 9, os estudantes estiveram com o ministro da Educação Murílio Hingel que garantiu a edição de uma Medida Provisória para regular os aumentos das mensalidades.

## 4/8. quarta

■ O governo japonês reconheceu que durante a Segunda Guerra

Mundial o Exército Imperial do Japão obrigou mais de 200 mil mulheres de países da região a servirem de prostitutas para os soldados japoneses. As mulheres eram conhecidas como "confortadoras" e mantidas em "estações de conforto" para "atender as solicitações das autoridades militares" principalmente na Coreia, mas também na China, Filipinas e na região da Indochina.

Elas eram sequestradas pelos próprios militares e submetidas a torturas físicas e psicológicas, o que ocasionou a morte de milhares delas e deixou marcas profundamente negativas nas que sobreviveram. Com o reconhecimento do governo do Japão é colocada a nu uma das páginas mais duras da Segunda Guerra onde as tropas de diversos países imperialistas ocuparam vários países cometendo todo tipo de atrocidades.

## Em defesa do monopólio do petróleo

■ Realizado no Rio de Janeiro, dia 3 de agosto, um ato em defesa do monopólio estatal do petróleo. Mais de 300 pessoas lotaram o auditório da Petrobrás. O diretor de administração da empresa, José Machado Sobrinho, fez uma convocação aos presentes para "incendiar o país, lutar e ir para as ruas com os caras-pintadas, na defesa do monopólio", ameaçado pelas forças conservadoras na revisão constitucional. Machado criticou asperamente o presidente da Comissão Nacional de Desestatização, Montoro Filho, e a multinacional Shell que questionam o papel da Petrobrás como representante da União na execução do monopólio. Fez referências ainda "à mídia sufocante com raízes no exterior que trabalha no sentido de criar no país uma consciência com o objetivo de desalinhar as resistências nacionais, com o desmonte do maior símbolo do Brasil que é a Petrobrás".



## 6/8. sexta

■ Anunciada a taxa de desemprego nos países da Comunidade Econômica Européia no mês de junho: 10,6%; em junho de 92 a taxa estava em 9,4%. As maiores taxas de crescimento do desemprego foram as da Espanha (de 17,6% para 21,5%), a da Holanda (de 6,4% para 8%) e a da Bélgica (de 8,2% para 9,5%).

título de cidadão paulistano em reconhecimento à sua atuação quando dirigiu a entidade. A iniciativa foi dos vereadores Ana Martins e Vital Nolasco, ambos do PCdoB. Estavam presentes a mãe de Lindbergh Ana Maria, e a ex-secretária Sandra Fernandes, que denunciou a "Operação Uruguai" no caso PC.

## 10/8. terça

■ Completou uma semana a "operação-padrão" dos trabalhadores portuários do Rio de Janeiro, que consiste em carregar ou descarregar apenas 30 contêineres por navio ao dia enquanto a média é de 150. Os portuários querem o contrato coletivo de trabalho, assegurando todos os direitos sociais dos estivadores, portuários e avulsos ou adiar por 90 dias a revogação da seção 8 da CLT. Eles temem que se essa legislação entrar em vigor no dia 26 de agosto poderá haver demissão em massa que atingiria 300 mil estivadores avulsos e portuários.

## 10/8. terça

■ O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP) realizou plebiscito entre os 6200 funcionários da Embraer a fim de colher a opinião deles sobre a privatização da empresa. A votação se estendeu ao dia 11 e 79,4% votaram "Não" à privatização.

## 10/8. terça

■ O ex-presidente da UNE, Lindbergh Farias, recebe da Câmara Municipal de São Paulo o

## Cumprimento I

Cara Ana. Embora com atraso, transmito-lhe e aos valorosos componentes da equipe que faz A Classe Operária os meus parabéns pelo trabalho que vocês estão fazendo. Nosso jornal passou a um outro patamar, de forma e qualidade, sendo absolutamente justo ressaltar o mérito dessa equipe, inclusive para que ela, perseverando no caminho da inovação e do trabalho dedicado, consiga vitórias ainda maiores.

Haroldo Lima  
Deputado federal/PCdoB-BA

## Cuba

*Minha juventude amou pessoas e países  
mas soube compreender-te.  
Agora nos reencontramos.  
Nada de aurora vermelha, apenas uma tímida  
manhã.  
E uma ardente paixão nos ameaça.*

*Ah! louca Ilha,  
Dorso exposto de animal marinho,  
os arpões rasgam tua carne  
e o Caribe lateja com teus gritos  
de dor e socorro,  
freme com tua oceânica bravura!  
Falta leite, faltam viveres, gasolina,  
falta quase tudo e resistes.  
"...enquanto dormimos, comemos e trabalhamos,  
resistes..."*

*O pretense Senhor de todos  
que polui, de sangue, todos os mares  
sentenciou cruel condenação:  
o oceano que te unia ao mundo  
agora te isola dele.  
Mas, resistes.*

*Apostam lotes de ações, dúzias de uísque,  
que não duras mais que uma semana;  
apostam caixas de champanhê  
que voltarás a ser um fausto cassino  
um lascivo prostíbulo.  
Mas, resistes.*

*Ah! teimosa Ilha, louca Ilha,  
que insiste cultivar  
o ideal de homens livres.  
Tua resistência é óleo cru  
que alimenta o sonho.  
É um sopro que aviva o fogo.  
É um soco na pança do rei.*

*Quem está sitiada no meio do oceano?  
Somente uma ilha?*

*O animal que açoita a água salgada com cauda,  
que sangra, mas que sabe que não pode se render,  
é o direito dos povos de serem livres  
de terem somente a solidariedade  
como senhora e senhor!*

Adalberto Monteiro  
Goiania - GO

## Museu do PCdoB

Entendo que seria interessante a criação de uma pequena mostra da história do partido, que pudesse conter materiais diversos, como os da campanha do Araguaia, Lampião, fotos, agenda de notas, reprodução gráfica, além de materiais do inimigo como o xerox que anexo. O mesmo poderia ser montado numa sala qualquer do partido, sem ônus e nem comprometimento de nenhuma dependência. A preservação da memória é importante para reafirmar a ideologia e determinar a coerência dos atos presentes e futuros.

Alberto Walczak  
Tucuruvi - SP

## Cumprimento II

Escrevo apenas para parabenizá-los pela extraordinária visão que o jornal vem demonstrando e pela clareza com que Dilermando Toni analisou o real conteúdo da crise no PT. E aproveito para sugerir um movimento em contraposição ao difamado Decola Brasil: Acorda Brasil.

Gilson S. Mantelli  
Chapecó - SC

Cícero Romão R. Carvalho  
São Paulo - SP

## Pobre nação

Nos defrontamos com situações herdadas de um péssimo sistema governamental. A crise que assola nosso país vem colocando o povo numa situação calamitosa, o vínculo com a miséria a cada dia torna-se inquebrável, ficamos em total perigo, nossas vidas correspondem ao nada. Bem longe existe um outro horizonte, onde nossa penetração não é permitida, pois somamos os subdesenvolvidos, os pobres, os fracassados dentro de um sistema fragmentado devido à falta de conhecimentos ideológicos.

O Brasil tornou-se uma área de atrito, das calamidades, precariedades e tantas outras barreiras tamanhas. Infelizmente o povo brasileiro convive com a desesperança e não acredita em mudanças, estão todos possuídos pela doença adquirida dos falsos governantes, que são eleitos visando cumprir os falsos projetos.

Milene Figueiredo  
Cachoeira - BA

## Poema do artesão

*O artesão próprio tem sua força comum de luz  
Uma luz que vem de cima, mas não está escrito na mão  
às vezes toca no peito e vem no coração  
que é autêntico artesão.  
Que não começou de euforia e nem de grandeza,  
mas começou sim de um nada, de um  
pedaço de pau, de um bolo de barro,  
de um laço de corda e vários materiais da natureza.  
Juntos somos força, somos luz, somos raízes  
da cultura do Vale!  
Existem órgãos por aí que dizem que são para  
ajudar os pequenos artesãos e os pequenos  
intelectuais;  
pequenos no tamanho, mas grandes na força que  
somamos no nosso raciocínio e na mente  
Não podemos naufragar neste barco, que querem  
nos colocar.  
Juntos somos gente, somos luz, somos força,  
e elas têm que nos ajudar, comprando  
nossa arte, valorizando-a!  
Nós somos como o vento que balança do  
tocar na montanha  
explodindo-se em raios de amor que tocam  
em todos os corações.*

Tião Artesão  
Araçuaí - MG (Vale do Jequitinhonha)

## Liberdade

Liberdade é, segundo o dicionário, a condição de um ser poder dispor de si. Donde se conclui que qualquer liberdade é relativa (condição) ao poder individual ou coletivo. Ela é relativa às limitações individuais ou sociais. É relativa às limitações das leis, às formas de convivência. Em tese, seríamos livres para tudo, mas somente em tese. Em hipótese nenhuma somos livres para tudo. Donde se conclui que há maior ou menor liberdade, mas não há liberdade absoluta.

Walter Grade  
Londrina - PR

## Educação

Um processo educativo na questão da assimilação e conscientização da teoria revolucionária pela classe operária é imprescindível. Mas para que a teoria revolucionária saia do estado teórico e se converta em verdade prática é necessário que ela seja assimilada por contingentes cada vez mais amplos de sujeitos sociais, emergindo como agentes efetivos da prática histórica.

Isso pressupõe um trabalho educativo sem o qual resultará impossível a mobilização da população para a realização das transformações radicais necessárias. A educação emerge, pois, como uma prioridade não apenas na esfera das chamadas políticas públicas, mas também no âmbito das organizações progressistas e revolucionárias.

## Maluf cara de Paubrasil

Vital Nolasco

Vereador pelo PCdoB-SP

As últimas denúncias e investigações sobre o esquema Paubrasil, sem dúvida, têm um efeito demolidor sobre os planos políticos de Paulo Maluf. É bom lembrar que estas denúncias já fizeram parte do relatório do senador Amir Lando sobre o esquema PC-Collor.

O esquema malufista tenta de todas as formas passar ao longo do problema. Numa atitude ofensiva parte para cima do Partido dos Trabalhadores, com intenção de demonstrar que todo mundo é corrupto. Então, ele não tem do que ser penalizado. Mas até o momento, tudo que tem levantado são questões inconsistentes.

Tenta ainda passar para a opinião pública que é lícito os empresários financiarem campanhas políticas e o que está errado é a lei. Bastaria regulamentar a lei para que o problema fosse resolvido. Mas não é bem assim, pois o que existe de fato

são contratos fraudulentos, inclusive o da Paubrasil com a Cosipa.

Outro fator a ser analisado é o próprio governo Maluf, que até agora não conseguiu imprimir uma marca para sua

administração. Com sete meses de mandato já trocou quase metade do secretariado e não o fez em função de ajustes políticos, mas para atender a demandas fisiológicas de seus correligionários. Piorou sensivelmente o transporte coletivo e aumentou a tarifa muito acima da inflação. A rede de saúde está uma verdadeira calamidade, além do arrocho dos salários dos servidores.

A tentativa de apresentar-se com nova postura, reciclada, mais democrática, não suportou as primeiras mobilizações populares e as denúncias da oposição. Intensifica as demissões de sindicalistas, persegue seus oponentes, basta ver o episódio do descomissionamento dos funcionários que estavam a serviço da bancada do PT.

Não é à toa que as pesquisas de opinião vão apontando seu governo como o segundo pior dentre todos os prefeitos das capitais. Nesse sentido vai ficando mais difícil emplacar a candidatura malufista a presidente, o que sem dúvida representaria uma vitória dos setores democráticos e populares.

## Editorial

### A pedra de toque...

O desespero do governo e de seu ministro-mor, Fernando Henrique Cardoso, à medida que se aproxima a votação no Congresso da Medida Provisória sobre a política salarial, mostra o quão decisiva ela é para a implementação do plano neoliberal e portanto para os destinos do próprio ministro e seu plano. O governo resolve liberar US\$ 5 bilhões para obras de interesse de parlamentares em troca de votos. Empresários criam movimento pró-Cardoso. Pronunciamentos de porta-vozes do governo fazem apelo dramático à aprovação da MP com o fantasma da inflação e do caos econômico.

Por seu lado, os trabalhadores se mobilizam na defesa do reajuste de 100% da inflação porque sabem que o caos econômico é o que vivem, com arrocho salarial e a bancarrota da economia brasileira solapada pelo neoliberalismo alienígena.

Mas, o mais grave é que enquanto a atenção dos trabalhadores se volta para a defesa do salário, setores conservadores se apressam em fazer aprovar medidas restritivas à democracia e à integridade da nação brasileira. Quando fechávamos esta edição, uma comissão especial da Câmara votava proposta de regulamentação das eleições de 1994.

Embora de última hora o autor do substitutivo, o deputado do PMDB-BA, João Almeida, fizesse um ajuste para garantir a candidatura majoritária de algumas lideranças de pequenos partidos, como Miguel Arraes, sua proposta continua restritiva à participação dos pequenos partidos nas eleições. Essa é uma grave ameaça aos direitos democráticos, inclusive à sobrevivência política legal do PCdoB, e deve merecer a firme resistência dos democratas brasileiros.

Como se isso não bastasse, os líderes dos grandes partidos fazem um acordo e desencadeiam o processo de revisão constitucional, prevista para 6 de outubro, passando inclusive por cima do Senado. Atendem ao chamado dos banqueiros, da Fiesp e de setores econômicos poderosos para viabilizar a "modernização" do Estado brasileiro. Leia-se o seu desmonte.

Assim, enquanto Itamar e FHC se aferram a defender a qualquer custo a sua política econômica, outros representantes do ideário neoliberal se movimentam no sentido de garantir as mudanças políticas que viabilizem sua aplicação, que em última instância é a restrição democrática e o desmonte do Estado brasileiro, a verdadeira pedra de toque para o futuro do povo brasileiro.

## Trama ameaça soberania dos povos

João Amazonas

Presidente Nacional do PCdoB

Poucos dias passados da denúncia que fizemos no programa de TV do Partido Comunista do Brasil, surgiu com mais força ainda a ameaça que pesa sobre a soberania nacional. Dois fatos de relevo comprovam essa ameaça.

Em fins do mês de junho, realizou-se uma reunião internacional, em Viena, sob o patrocínio da ONU para discutir pretensamente, os direitos humanos. Nessa reunião, os países imperialistas, notadamente os Estados Unidos, propuseram cinicamente acabar com o atual conceito de soberania e defenderam o Direito de Ingerência. Ou seja, o direito dos países imperialistas invadirem militarmente ou impôr bloqueios econômicos a qualquer país que, segundo eles, estiverem violando os direitos humanos.

Anuncia-se também, que a ONU, na sua próxima Assembléia, em setembro, vai propor a aprovação de uma suposta Constituição dos povos e nações indígenas que outra coisa não é senão a formação de "enclaves" aborígenes em territórios de nações independentes.

O objetivo é claro. Amanhã, esses imperialistas, em especial os Estados Unidos, alegando farsaicamente que o governo brasileiro estaria desrespeitando direitos humanos dos índios e sua hipotética autonomia, poderiam intervir na Amazônia. É óbvio que os exércitos imperialistas não viriam defender os índios, mas apossar-se das riquezas da região Amazônica.

É sábio que os Estados Unidos nunca defenderam direitos humanos, ao contrário, são os maiores violadores desses direitos. No Vietnã, empregaram armas químicas, napalm, desfolhantes, para tentar esmagar a resistência de um povo que lutava por sua independência. No Iraque, além dos bombardeios indiscriminados sobre as cidades, matando mulheres e crianças, impuseram um bloqueio desumano que impede até mesmo a compra de remédios e alimentos para atender a população sofrida. Cuba resiste há mais de trinta anos ao monstruoso bloqueio norte-americano. E isso para não citar Hiroxima. Pura hipocrisia a falácia dos Estados Unidos sobre direitos humanos. O que pretendem é impor seus planos neocolonialistas, esmagar a resistência e a luta em defesa da soberania nacional e do progresso social.

O povo brasileiro está convocado a manifestar com maior energia seu repúdio à trama imperialista contra a soberania e a integridade nacional. A defesa e proteção dos índios é problema brasileiro e não dos opressores estrangeiros. A Amazônia e o Brasil não podem permanecer sob o jugo imperialista.

OS EUA NUNCA  
DEFENDERAM  
DIREITOS HUMANOS.  
SÃO SEUS MAIORES  
VIOLADORES



CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

## Nacional

CRÔNICA DE  
**Brasília****Jogo decisivo e mortal**

Jefferson Barros

São dias decisivos e Brasília prepara-se para a decisão com um ouvido nas ruas e outro nos corredores. Nestes, o governo já promete articular governadores e prefeitos em seu apoio; naquelas, as centrais sindicais ensaiam colocar milhares em movimento. Tudo por causa do reajuste mensal integral dos salários. É um jogo decisivo e mortal para o governo e o projeto neoliberal assumido com ares de aristocracia intransigente pelo ministro Fernando Henrique. Há duas soluções legislativas e duas táticas diversas para as forças políticas dispostas a manter o reajuste de 100% da inflação mensal para os salários.

Com o regimento da Câmara na mão, o deputado Paulo Paim (PT-RS) afirma para seus sindicalistas: "alterar a MP é mais fácil do que derrubar o veto." Sem dúvida, o quórum é menor, a votação pode ser em aberto e há espaço para negociação das possíveis emendas ao texto original do governo na MP 340. Do outro lado, o senador Beni Veras (PSDB-CE), relator governista da votação da MP, declara: "já temos a maioria, mas vamos esperar mais apoio dos governadores." Tudo espuma. Na verdade, o governo não tem a maioria porque não tem o PMDB na íntegra; quando Beni Veras diz "governadores" quer dizer "massagear mais o PMDB até conseguir seus votos mais renitentes." Quanto maior for o barulho das ruas, mais distante estará o PMDB renitente da vontade governista.

O primeiro ensaio das ruas, dia 11, não chegou a ser ruidoso. A Via Dutra não foi interdita como os sindicalistas pretendiam e as manifestações nas diversas capitais foram pequenas; todo movimento de massa começa assim. Lembrem do "Fora Collor"? A questão, neste caso particular, é a urgência; a MP poderá estar sendo votada ainda esta semana.

Pela reticência que uma grande fracção de parlamentares - sobretudo do PMDB - tem manifestado em relação

ao apoio ao governo será uma imprudência de seus líderes apressar ainda mais a votação da MP. Roberto Freire garante já ter se adonado da maioria; Pedro Simon é muito comedido e realista. Na verdade, pelas divergências mal ocultas entre Freire e Fernando Henrique parece mais uma armadilha do líder do governo na Câmara a pressa em votar a MP. Assim, a política de Fernando Henrique poderá sofrer nova derrota...

A questão é que a política neoliberal não é apenas de Fernando Henrique; é de todo um segmento das classes dominantes, sobretudo do capital financeiro internacional, do FMI e do imperialismo. E uma derrota da MP 340 será uma vitória dos trabalhadores brasileiros organizados e de todos os setores populares e democráticos que reagem contra a entrega do país e das conquistas democráticas às exigências do capital especulativo e financeiro. Então na realidade o que aparece - queiram as lideranças do governo ou não - é uma explícita manifestação da luta de classes, com o que as classes dominantes não costumam brincar.

As derrotas do governo na questão salarial imobilizam a política neoliberal e, por uns dias, o verdadeiro ministro da Fazenda acabou sendo o deputado Paim, autor do projeto dos 100%. Mas, "como tudo que é sólido se desmancha no ar", também esta glória passageira já esfumou-se. Pois nenhuma força política - nem o partido do deputado Paim - ousou jogar todas as fichas nas ruas; e os movimentos articulados pelo PT também foram espumas de rua, como as espumas de corredores do governo.

A aparência é de que todos se contentam com as aparências e com a simples imobilização de qualquer política. Tudo esperando 94 chegar. No entanto, uma vez é preciso concordar com o neo-Fernando Henrique: "sem 93 não há 94." Isto vale para as forças conservadoras e neoliberais dele; mas vale também para as forças populares e democráticas que lutam por uma alternativa real para o Brasil. Esta será uma semana de um jogo mortal. Se os sussurros dos corredores forem mais ruidosos que o barulho das ruas, o governo ganhará uma sobrevida. Caso contrário a conta será zerada.

**Salário balança ministro**

Sueli Scutti

O assunto do momento é a possível demissão do ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, muito falante e pouco eficiente no combate à inflação. Há poucos dias, o ministro culpou o deputado Paulo Paim pela alta da inflação. E aproveitou para dizer que a sociedade brasileira está esquizofrênica. Toda essa situação é reflexo da crise criada no governo por causa da votação da lei salarial. Ainda na última semana, o Ministério da Fazenda acertou a liberação de 5 bilhões de dólares para implementar emendas de deputados e senadores ao Orçamento Geral da União. O objetivo: ganhar votos para aprovar a Medida Provisória dos salários.

Não é de se estranhar a atitude do ministro. Ela reflete o desgaste e o desespero que tomam conta do Palácio do Planalto após a aprovação do projeto (vetado pelo presidente) que reajusta os salários em 100% da inflação. Um dos pontos de sustentação do plano econômico de FHC é o arrocho salarial, orientação do neoliberalismo. Qualquer proposta que dê um mínimo de recomposição aos salários desestabiliza a meta do ministro de combater a inflação à custa de achatamento salarial. Se a MP for modificada o governo lava as mãos do combate à inflação e a culpa pela crise recai sobre o poder Legislativo.

**Ministro por um fio.** Ao dizer que "o país sofre de esquizofrenia", o ministro demonstra um descontrole impróprio para o cargo que ocupa. No entanto, um descontrole compreensível, afinal, seu plano pode estar por um fio se o Congresso Nacional rejeitar a Medida Provisória que o presidente Itamar Franco editou para substituir o projeto vetado de reajuste integral da inflação. Vale lembrar que o governo foi derrotado duas vezes pela Câmara dos Deputados justamente nas votações sobre política salarial.

E é uma nova derrota que o Executivo

quer evitar ao liberar verbas para parlamentares que o apoiarem na votação. É a máxima celebrizada pelo deputado Cardoso Alves: "É dando que se recebe". Apesar de anunciar em público que não troca voto por favores políticos, o governo parece disposto a abandonar os pudores que alardeia em troca da aprovação da MP. É a última chance de sustentação do ministro no cargo. Se o Congresso mantiver os 100%, FHC pode estar com os dias contados.

**Votação dia 18.** O senador Beni Veras (PSDB-CE), relator da MP 340 não acatou as emendas apresentadas na Comissão Mista. Ele apresenta seu parecer tal qual a MP. Ou seja, haverá sempre um redutor de 10%, só há reajuste para inflação superior a 10%, o que no final das contas dá uma média de reposição de 66% da inflação passada; a reposição só é válida para a faixa salarial até seis salários mínimos; o salário mínimo não tem ganho real por mês.

O deputado Paim, presidente da Comissão de Trabalho da Câmara, coordena a ação da bancada que deseja manter os 100%. Em plenário, esses parlamentares vão apresentar emendas ao relatório de Veras. O objetivo é resgatar o projeto original do próprio Paim estabelecendo 100% de repasse para a faixa de até vinte mínimos e ganho real para o salário mínimo. Em reunião de Paim com as centrais sindicais no dia 11 ficou acertada a mobilização para do dia 18 de agosto, data da votação da MP. O movimento sindical levará a Brasília caravanas de trabalhadores para o corpo a corpo com deputados e senadores, que já vem sendo feito nos estados.

A liderança do PCdoB reitera a necessidade de muita gente em Brasília para garantir a manutenção dos 100%. Se para o governo é questão de honra aprovar sua MP e manter o ministro no cargo, para os trabalhadores deve ser questão de honra derrotá-lo mais uma vez.

**Indenização é ato inédito**

João Batista Drumond

A juíza substituta da 5ª Vara Federal em São Paulo, Marianina Galante, condenou a União a indenizar por danos materiais e morais a viúva Maria Ester Cristelli Drumond e as duas filhas de João Batista Franco Drumond, economista e dirigente do PCdoB, assassinado por agentes do DOI-Codi em dezembro

de 1976, no episódio que ficou conhecido como "A Chacina da Lapa". Nesse episódio foram assassinados os dirigentes do PCdoB Angelo Arroio e Pedro Pomar.

A casa da Lapa onde se realizava uma reunião da direção do PCdoB foi cercada e metralhada por agentes da repressão. Os outros dirigentes foram presos à medida que saíam da reunião, seguidos por agentes policiais. Foi o que aconteceu com Drumond, que saiu da reunião levando exemplares do jornal A Classe Operária escondidos num pacote de bolachas. A versão oficial de sua morte, à época, foi a de que Drumond teria sido vítima de atropelamento.

A sentença da juíza Galante, proferida no dia 16 de julho e divulgada pelo jornal Folha de S. Paulo do dia 1º de agosto último, pela primeira vez destrói a versão de atropelamento como causa da morte de militantes políticos. Diz a sentença: "Todos os elementos dos autos, bem analisados, levam à conclusão de que João Batista Drumond faleceu nas dependências da prisão, onde se encontrava sendo torturado, após sua detenção, na oportunidade em que se realizou a operação denominada "Chacina da Lapa", na madrugada de 16 de dezembro de 1976. Agentes da ré (União), encarregados de desmantelar o então clandestino Partido Comunista do Brasil, foram os responsáveis pelo trágico acontecimento".

Outra novidade na sentença foi o ressarcimento por danos morais sofridos pela família e não apenas por danos materiais. Como "reparação material", a juíza condena a União a pagar à família do dirigente comunista uma pensão mensal equivalente a 12 salários mínimos.

A juíza estabelece também a indenização moral, embora assinala que "o amor e a solidariedade paterna não têm preço". A família receberá 3 milhões de cruzeiros por mês. A sentença vai além no inédito ao afirmar: "Que as práticas de pseudodemocracia possam permanecer sepultadas para sempre, nem o quis a Lei da Anistia".

# PMDB prepara arapuca

▼ Vem sendo en-  
cetado no Con-  
gresso um proces-  
so que visa res-  
tringir as liber-  
dades políticas em  
nosso país, es-  
pecificamente a  
liberdade de or-  
ganização e exis-  
tência dos partidos  
políticos

**Haroldo Lima**  
Deputado federal - PCdoB-BA



Numa democracia de fato, os partidos políticos são a própria expressão do direito de que as diferentes correntes de opinião presentes numa sociedade se façam representar - tenham vez e voto. O golpe que se pretende desferir contra a vida partidária e um sistema eleitoral minimamente democrático configura-se, na verdade, uma vergonhosa afronta ao texto constitucional que determinou expressamente o princípio da liberdade de organização e funcionamento dos partidos políticos, num momento em que se afirmava, com a Constituinte, a superação, conseguida a duras penas, do conservadorismo e do atraso imperantes no regime de ditadura militar.

A história do nosso país registra poucos momentos em que a liberdade política foi respeitada. O golpe de 1964, como todos sabem, na sua sanha liberticida, investiu rápido contra os partidos políticos existentes, liquidando-os a todos, e criando, arbitrariamente, apenas dois: os antigos Arena e MDB. O bipartidarismo, por ser artificial, não vingou entre nós, e a vontade popular impôs outra realidade, tendo a ditadura sido obrigada a aceitar de volta o pluripartidarismo em nossa terra.

**Avanço.** A mobilização que a Constituinte de 87/88 deflagrou no Brasil foi das maiores e mais extensas de nossa história. Setores amplos, em função de temas diversos, revezaram-se no Congresso durante meses, mais de ano, reivindicando, discutindo, propondo e fiscalizando seus constituintes.

Foi assim que a Constituição promulgada, se por um lado tem deficiências e omissões, apresenta também enunciados avançados de direitos populares legítimos. O capítulo que trata da liberdade partidária e os preceitos sobre legislação eleitoral

estão entre as vitórias conquistadas com muito denodo, escritos e votado à luz do dia, sob os olhares atentos da população mobilizada. Da promulgação da Constituição até os dias de hoje, as coisas muito mudaram: nosso povo enfrentou muitos dissabores, frustrações e decepções. A desmobilização relativa é um fato presente.

**Fraude.** É neste contexto que registramos as recentes e reiteradas iniciativas parlamentares voltadas para fraudar, na prática, as disposições constitucionais no que diz respeito à liberdade partidária e ao sistema de eleger, com legitimidade e transparência, os representantes do povo.

Sob os pretextos mais variados, inclusive o de pôr fim à atual "farra partidária", ou o de acabar com os chamados partidos de aluguel, sucedem-se propostas ardilosas que, por meios transversos, golpeiam ou querem golpear a liberdade partidária; querem atingir, justamente os pequenos partidos, de extração popular e de feito ideológico.

Está em discussão, numa Comissão Especial da Câmara dos Deputados, o substitutivo do deputado do PMDB, João Almeida, do PMDB da Bahia,, que é relatora da Comissão, que visa regulamentar as eleições de 1994. Alguns dispositivos propostos pelo deputado são aberrantes, chocantes, escandalosos. O objetivo básico é institucionalizar abusivos e inconstitucionais privilégios para os grandes partidos, enquanto se estabeleceriam limitações que condenariam os pequenos e médios partidos a serem, definitivamente, parti-

dos considerados, perante a lei, de segunda categoria.

Uns, os privilegiados, teriam direito a tudo: lançar candidatos a postos executivos, acesso aos horários gratuitos de rádio e televisão, recursos financeiros abundantes, retiradas do bolso dos contribuintes. Os outros, de segunda classe, a nada disso teriam acesso.

**Truculência.** A truculência política absurda e antidemocrática fica ridiculamente flagrada quando se constata que, a prevalecer o que está escrito no substitutivo do deputado João Almeida, o deputado Miguel Arraes - o deputado mais votado do país e candidato destacado ao governo do Estado de Pernambuco - não poderia mais ser candidato. Da mesma forma, o senhor João Durval, candidato ao governo da Bahia, um dos mais bem colocados nas pesquisas do seu Estado, estaria impossibilitado de ser candidato. E mais: candidatos já lançados ou políticos destacados em seus Estados estariam impedidos de concorrer a cargos executivos estaduais, como Lúcia Viana, Roriz, Álvaro Dias e o próprio governador de Minas Gerais, Hélio Garcia.

Preocupa-nos enormemente que, ante a grotesca consequência dos ridículos vetos que a proposta citada criaria, se vier a se transformar em lei, se desencadeie um movimento para se fazer arranjos pontuais na lei, casuísmos abertos, que salvariam algumas candidaturas mais conhecidas e com maior poder de barganha, sem salvar, entretanto, a integridade da liberdade política.

**Tradição.** É doloroso e muito lamentável registrar que quem está vanguardando essas posições antidemocráticas é um partido que teria um passado a preservar: o PMDB. Tem sido na Câmara o deputado João Almeida, e no Senado Federal, o próprio presidente do Partido, José fogaça, os autores das propostas mais contundentes e truculentas contra a liberdade partidária e os pequenos partidos

Espanta-nos o descaso com esses dois líderes do PMDB encabeçam essas bandeiras que não são levantadas com essa decisão por nenhum outro partido

presente no Congresso, de centro ou de direita. E o PMDB, a sociedade brasileira sabe, tem uma tradição a preservar. Este partido abrigou muitos democratas perseguidos em nosso país durante a ditadura militar. Hoje, ele não cuida de preservar essa passado. Pelo contrário, parece que está cuidando de, sob a pressão dos questionamentos de suas bases partidárias, preservar uma suposta candidatura para a Presidência da República, que busca a eleição de qualquer forma, estabelecendo no tapetão regras legislativas que dificultem a concorrência na corrida presidencial.

## As propostas de mudanças na lei eleitoral

As propostas do relator	A lei atual
<b>Índice de votos</b>	
Só poderá lançar candidatos a presidente o partido que tiver obtido pelo menos 5% dos votos para a Câmara na eleição de 90. No caso de coligação, pelo menos um dos partidos deverá ter atingido o índice de 5%.	Não há exigência de índice de votação na eleição de 90 para lançar candidato em 94.
<b>Coligação</b>	
Só poderão fazer coligação nas eleições para governador e senador partidos que estiverem coligados na disputa pela Presidência da República.	A única restrição é que as coligações nas eleições proporcionais (deputados) não podem ser diferentes das majoritárias (senador e cargos executivos).
<b>Filiação</b>	
Os candidatos deverão se filiar aos partidos até 31 de dezembro de 93. O mesmo prazo vale para o domicílio eleitoral dos candidatos.	As filiações podem ocorrer até 2 de abril de 94 (seis meses antes da eleição).
<b>Escolha de candidatos</b>	
Os partidos deverão escolher os candidatos até 31 de maio.	As escolhas dos candidatos devem ser feitas até 29 de junho.
<b>Limite de gastos</b>	
Fixa limites de gastos nas campanhas.	Os limites são fixados pelos partidos antes de cada eleição.
<b>Doações</b>	
Permite a doação de dinheiro de pessoas físicas e jurídicas (empresas) para partidos e candidatos.	Somente pessoas físicas podem doar dinheiro, e apenas para os partidos.
<b>Fiscalização</b>	
Os balancetes de receitas e despesas de campanhas devem ser enviados mensalmente à Justiça eleitoral.	As prestações de contas são enviadas à Justiça eleitoral até 90 dias após as eleições.
<b>Quebra de sigilo</b>	
A Justiça eleitoral pode quebrar sigilo bancário dos partidos e candidatos.	Não trata de quebra de sigilo de partidos e candidatos.
<b>Debates</b>	
Aos domingos, o horário eleitoral gratuito passa a ser usado obrigatoriamente para debates entre os candidatos.	Não são previstos debates no horário gratuito.
<b>Deputados</b>	
Os partidos devem usar um dia da semana de horário gratuito para a eleição de deputados federal e estadual.	Não são previstos dias exclusivos para as eleições proporcionais no horário gratuito.

## Nacional

## BANCADA Comunista

### Roletas da morte

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro deverá votar em caráter de urgência o projeto do vereador Edson Santos (PCdoB) proibindo a instalação de roletas duplas e "currais" nos ônibus do município. O projeto foi apresentado à Câmara em março passado. Há poucos dias, uma explosão num ônibus matou oito pessoas que não puderam correr em virtude das tais roletas. No último dia 3, Edson solicitou ao Procurador Geral do Estado que movia ação cível pública contra o Município do Rio por ter permitido a colocação das roletas duplas e dos "currais" da morte.

Antes mesmo de ter apresentado o projeto, Edson havia solicitado ao prefeito César Maia e ao secretário municipal de Transportes a retirada dessas roletas, mas as autoridades negaram o pedido. Foi preciso que uma tragédia acontecesse para que a Câmara se sensibilizasse com o projeto do vereador comunista.

### Indenização

O deputado estadual Neuton Miranda (PCdoB-PA) registrou na Assembleia Legislativa paraense o ato da juíza Marianina Galante, da 5ª Vara Federal em São Paulo, que condenou a União a indenizar por danos morais e materiais a família de João Batista Drumond, dirigente do PCdoB morto na chacina da Lapa em 1976. A mesma atitude foi tomada pelo vereador Egmar José de Oliveira (PCdoB), de Anápolis (GO), cuja Câmara enviou moção de congratulações à juíza. A versão oficial da morte de Drumond, dada à época, foi a de atropelamento, desmascarada agora pela juíza.

### Reajuste integral

A Assembleia Legislativa gaúcha aprovou moção da deputada Jussara Cony (PCdoB) que solicita ao Congresso Nacional a derrubada do veto ao projeto de reajuste salarial mensal de 100% da inflação. O documento foi apresentado à plenária da CUT e será entregue aos líderes partidários em Brasília. A moção foi assinada por todos os

## Cosipa e Banco do Brasil

O líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, protocolou requerimento na Comissão de Economia da Câmara federal convocando André Montoro Filho, presidente da Comissão Nacional de Desestatização; Vladimir Rioli, integrante da mesma comissão; e o general Romero Lapesquer, presidente da Cosipa, para prestarem esclarecimentos sobre a privatização dessa empresa siderúrgica localizada em São Paulo. Rebelo ainda oficiou ao ministro das Minas e Energia, Paulino Cicero, pedindo instauração de auditoria na Cosipa para apurar denúncias de maracutaias ocorridas na empresa.

líderes de partidos na Assembleia: PMDB, PDT, PPR, PFL, PTB, PSB, PT e PCdoB.

Diz um trecho da moção: "No momento que se desenvolve intensa campanha nacional de combate à fome e à miséria a que está submetida a larga maioria dos brasileiros, o governo federal age em descompasso com os anseios populares. Tal situação, a persistir, agravará ainda mais a situação social e econômica da nação."

### Vazios urbanos

Em Pelotas (RS), o vereador pelo PCdoB Luis Carlos Mattozo inicia o semestre discutindo os chamados "vazios urbanos", áreas dentro da cidade que não possuem fins definidos por seus proprietários. Mattozo quer alterar o Código Tributário do Município no que diz respeito ao cálculo do valor de terrenos. Ele afirma que existem áreas enormes valorizadas pelo desenvolvimento e urbanização e que não têm fim social definido e lembra que a Constituição federal condiciona o direito à propriedade às necessidades sociais.

### Pesquisadores

O deputado estadual paulista Denis Carvalho (PCdoB) está empenhado em resolver a crise que passam os institutos de pesquisa do Estado de São Paulo, que possui 17 desses institutos. No dia 5 de agosto, Denis participou de assembleia com 300 funcionários do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). No dia 9 de agosto esteve reunido com o secretário de Agricultura do Estado. No dia 11 último, os pesquisadores paralisaram as atividades para forçar o governo a uma solução do caso.

Os institutos estão desaparelhados e o governador não tem repassado a verba orçamentária a que têm direito. O Instituto de Tecnologia de Alimentos tem 60 títulos protestados e não possui crédito para comprar materiais para seu funcionamento. O IAC tem uma dívida de 25 milhões de cruzeiros reais sem perspectiva de pagamento. A defasagem salarial chega a 85%, o que leva muitos profissionais à demissão.



Aldo Rebelo

O líder comunista, integrante da Comissão do Trabalho da Câmara, também esteve reunido com o presidente do Banco do Brasil para tratar da situação dos 30 mil aprovados em concurso feito pelo Banco na época de Collor. O presidente do BB garantiu que nenhum outro concurso será feito e a convocação dos aprovados se dará com a substituição dos estagiários, exceto os do Ceseg.

## Começa venda da CMTC



Sueli Scutti

Sob proteção de um batalhão da Polícia Militar e da Guarda Metropolitana, o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, iniciou a venda da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), contrariando a regra das principais

cidades do mundo onde o transporte coletivo é público e estatal. A privatização da CMTC não constava do programa de campanha do candidato Maluf, que planeja vender a empresa em três etapas. No dia da eleição para prefeito, ele divulgou nota aos funcionários da empresa afirmando: "A CMTC permanecerá sob a Administração Municipal que vai fortalecê-la, visando uma melhora na qualidade dos serviços prestados."

No dia 3 de agosto, Maluf esqueceu a promessa e vendeu oitenta das 180 linhas operadas pela CMTC, que tem déficit previsto para este ano de 462 milhões de dólares. Fundada há 46 anos, a empresa emprega 23 mil pessoas, possui 11 garagens, 3100 veículos e transporta 2 milhões de passageiros por dia, o que significa 27% do transporte urbano da Capital.

Sob a administração do prefeito Paubrasil Maluf 4 mil empregados já foram demitidos e a previsão do Sindicato dos

Condutores é de que a privatização aumentará as demissões, pois a empresa passa a ser controlada pelos tubarões da catraca, que impuseram o fim da municipalização do transporte na Capital e falam em implantar a catraca eletrônica. O resultado é desemprego, arrocho salarial e queda na qualidade do serviço.

**Plebiscito na cidade.** Na tentativa de barrar a venda da empresa foi criado em São Paulo o Movimento em Defesa da CMTC e do Transporte Público, que organizou a campanha "Sem a CMTC quem fica a pé é você". Uma passeata com trabalhadores da empresa, sindicalistas e representantes partidários e de várias entidades foi até o Anhembi, local de abertura dos envelopes da primeira etapa da privatização. Os manifestantes gritavam: "Não, não, não, à privatização, pois isso é sacanagem, é coisa de ladrão". Até o momento, o movimento não foi suficiente para impedir a investida malufista contra o patrimônio da população.

No entanto, a Câmara Municipal está apreciando um projeto de iniciativa popular que exige a realização de um plebiscito para decidir os rumos da CMTC. O abaixo-assinado colheu 82 mil assinaturas de eleitores paulistanos e foi entregue à Câmara no mesmo dia 3 de agosto. A proposta vai passar pelas comissões de Constituição e Justiça, Administração e de Política Urbana. Após isso será votada em plenário pelos vereadores.

Ainda como resistência à privatização, o Sindicato dos Condutores tem paralisado as garagens da CMTC todas as madrugadas. Gregório Poço, presidente do Sindicato, diz que "Com vontade política, a administração da CMTC é possível." Reforçando o plebiscito, Gregório explica: "nós queremos que o povo decida o que deve ser feito com a empresa".

## Adiado leilão da Cosipa

Pela terceira vez foi adiado o leilão de venda da Companhia Siderúrgica Paulista, agora previsto para 20 de agosto. O adiamento foi decidido pela Comissão de Privatização em virtude de divergências com relação à dívida que a empresa tem com o Banco do Brasil e com o governo do Estado de São Paulo. Afora isso, estão de pé as denúncias de corrupção praticada nas gestões passadas e até agora não apuradas.

Em Brasília, o líder do PCdoB na Câmara, Aldo Rebelo, pediu ao Ministério das Minas e Energia uma auditoria na Cosipa para averiguar as falcatruas. Pediu também à Comissão de Economia da Câmara que

convoque para prestar depoimentos o presidente da Comissão de Privatização, André Montoro Filho; o ex-diretor da empresa e integrante da Comissão de Privatização, Vladimir Rioli; e o atual presidente da Cosipa, general Romero Lapesquer.

Em Santos (SP) foi formado o Comitê em Defesa da Cosipa, com sede na prefeitura municipal. No dia 3 de agosto o comitê se reuniu com a presença do prefeito santista David Capistrano, partidos, sindicatos e autoridades políticas da região e do estado. Estranhou-se a ausência das duas chapas cutistas que concorrem à eleição do Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista.

## Retaliação política ao PCdoB

O médico José Hermógenes de Souza foi exonerado por decreto presidencial do cargo de secretário executivo do Ministério da Saúde no dia 10 de agosto. Hermógenes havia assumido a convite do ministro Jamil Haddad em dezembro passado, no início do governo de Itamar Franco.

Os motivos que levaram à exoneração são antes de mais nada políticos. Podem ser explicados pelas divergências crescentes do PCdoB, do qual Hermógenes é integrante, com a política econômica do governo federal, cada vez mais aos moldes do neoliberalismo do FMI. O fato é que de alguns meses para cá Haddad passou a sofrer pressões cada vez mais fortes exigindo a saída de Hermógenes. Revezaram-se nessa perseguição político-ideológica o ministro Fernando Henrique, o líder do governo Roberto Freire e os petelistas Antônio Carlos Magalhães e Henrique Meirelles. FHC chegou a tomar a mesquinha atitude de exigir a retratação pública do PCdoB a críticas que foram veiculadas a seu plano no jornal A Classe Operária.

Hermógenes acabou exonerado apesar do trabalho sério e competente que vinha desenvolvendo; aliás reconhecido por representantes setores do movimento de saúde e da sociedade. Todos manifestaram protesto à atitude do governo. Entre esses destacam-se: Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, representando quase 5 mil dirigentes municipais do setor no país, sindicatos e conselhos de médicos e farmacêuticos de vários estados; o Sindicato dos Farmacêuticos do Ceará; os líderes partidários na Assembleia Legislativa gaúcha; e a Federação Nacional dos Médicos.

A exoneração de Hermógenes poderá trazer sérios riscos à política que vinha sendo implementada por sua equipe para resgatar os compromissos com as resoluções da 9ª Conferência Nacional de Saúde e a desestatização e municipalização dos serviços de saúde, ao programa de assistência farmacêutica e à utilização de medicamentos com denominação genérica.

# Marchas e contra-marchas da revisão

▼ Com estardalhaço e expondo a Câmara dos Deputados ao risco do ridículo, o presidente da Casa, deputado Inocêncio Oliveira, anunciou na última terça-feira, 10 de agosto, que a revisão da Constituição terá início impreterivelmente no dia 6 de outubro

**Aldo Rebelo**

Líder do PCdoB na Câmara dos Deputados

No mesmo dia que Inocêncio fazia sua proclamação em Brasília, na cidade de São Paulo o empresariado dava o toque do capital ao movimento em favor da revisão, tendo como coadjuvante o arquipelago Luís Antonio Meireis.

Ainda na última semana, o deputado Nelson Jobim dava ao conhecimento da imprensa uma versão inicial do que seria o regimento interno da Assembléia Revisora. Os adeptos da tese revisionista jogam suas fichas em jogo aparentemente tranquilo e ganho por antecipação.

Mas o movimento pró-revisão já começa a tropeçar em suas próprias contradições. Primeiro, os presidentes da Câmara e do Senado travam uma batalha verbal para ver quem preside a Mesa Revisora.



Reunião de líderes partidários discutem a revisão Constitucional

A briga pode ir parar no Supremo Tribunal Federal.

Em segundo lugar é grande a insatisfação entre parlamentares, mesmo defensores da tese da revisão, com a ação cupulista dos que atropelam regimentos e instâncias institucionais para impor suas vaidades na pauta revisora.

Do lado do movimento democrático e popular, as iniciativas ganham corpo com a formação do grupo parlamentar contra a revisão composto por parlamentares do PCdoB, PT, PSB, PDT, e também do PMDB, PSDB, PTB e PP.

O grupo parlamentar aumentará a consistência do movimento que já conta com a presença de entidades do peso da UNE, CNBB, OAB, ABI, CUT, CGT (Confederação) e CGT (Central), Ubex, Federação Nacional dos Jornalistas, entre outros.

O movimento popular deve levar em conta a manobra tática

das forças conservadoras de concentrar seu alvo na chamada reforma do Estado, ou seja, a privatização da Petrobrás e da Telebrás, melhor dizendo, o desmonte do Estado Nacional

Brasileiro.

O fracasso de Collor desnortou momentaneamente a ofensiva neoliberal no Brasil. Mesmo a esperança de que Fernando Henrique Cardoso viesse a colocar

novo alento no desmanche nacional também se desfaz. Assim, a revisão da Constituição surge como a principal alternativa ao ajuste imposto de fora para dentro ao povo e ao país.

A revisão da Constituição na percepção das elites que a conduzem vai justamente no sentido contrário às necessidades do Brasil e de seu povo. O que querem as elites na revisão? Restringir os direitos democráticos e políticos do povo; excluir sindicatos da sua representação legítima das massas trabalhadoras e, mais importante, liquidar o patrimônio público, o setor estratégico da economia em mão do Estado, exigência maior do capital internacional.

O Brasil e seu povo precisam de mais liberdade e direitos políticos e sociais; precisam do fortalecimento e democratização do Estado. Por isso, mesmo tendo em conta as imperfeições do atual texto constitucional, o movimento progressista é, no seu conjunto, contra a revisão da Constituição.

## Regulamentação sim, revisão não!

*O Movimento em Defesa da Constituição e dos Direitos Democráticos, que pretende barrar a revisão constitucional, tem ato marcado para 19 de agosto em Brasília. No dia 11 de agosto houve no Congresso Nacional reunião com parlamentares de diferentes partidos contrários à reforma e que vão intensificar os contatos com seus colegas congressistas.*

*A União Nacional dos Estudantes lançou a campanha "Regulamentação sim, revisão não". O mesmo ocorreu em For-*

*taleza, que no dia 6 de agosto lançou um manifesto contra a revisão. O ato teve a presença de 200 pessoas, entre elas, deputados federais, estaduais, vereadores, representantes sindicais, comunitários, estudantes, partidários. Foram oradores no evento o deputado federal Hélio Bicudo (PT-SP), jurista Paulo Bonavides, senador Cid Carvalho (PMDB), deputado estadual Inácio Arruda (PCdoB-CE), e deputados federais Edson Silva (PDT) e Maria Luiza Fontenelle (sem partido).*

*Paulo Bonavides lembrou a justiça do manifesto "uma vez que existem 168 dispositivos da Constituição aguardando serem regulamentados." Pergunta o manifesto: "Porque revisar uma Constituição que sequer vigora em sua plenitude?"*

*No Rio de Janeiro foi realizado ato no dia 13 de agosto contra a reforma constitucional e as privatizações. Em diversos estados estão sendo montados comitês contra a revisão e várias manifestações estão ocorrendo. (Sueli Scutti)*

## O que nos espera em 94?

▼ O governo apresenta ao Congresso Nacional, até 31 de agosto, o projeto de lei para o Orçamento Geral da União. O déficit previsto alcança a astronômica cifra de US\$ 44,3 bilhões. Por que isso acontece mesmo depois que Fernando Henrique anunciou tantos cortes?

**Dilermando Toni**

O Orçamento da União, na parte das despesas, contém sete itens básicos dos quais podemos destacar: Pessoal e Encargos Sociais, onde estão colocados os salários dos funcionários públicos e os vencimentos dos pensionistas; as chamadas Outras Despesas Correntes, que incluem

as transferências que a União é obrigada por lei a fazer para os Estados e Municípios, os benefícios previdenciários, a manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS), despesas com Educação tais como merenda escolar, bolsas de estudo, etc.; Investimentos, ponto que engloba a habitação popular, manutenção de estradas, forças armadas, ajuda às regiões Norte e Nordeste, educação fundamental, portos; Juros e Encargos das Dívidas interna e externa.

O grande problema está em como o governo pretende gastar em 94 o que arrecadará no ano fiscal de 93, algo em torno de US\$ 83,5 bilhões. Aí é que as coisas se complicam. O importante item dos Investimentos deverá ter uma diminuição de 33,9% em relação a 92, em números absolutos isso significa passar de US\$ 5,02 bilhões para US\$ 3,32 bilhões. O item que se chama habitualmente de Outras Despesas Correntes terá um pequeno aumento de 18,4%, ou seja, passará de US\$ 47,7 bilhões para

US\$ 56,5 bilhões.

Agora pasmem: os Juros e Encargos da Dívida terão um aumento de 328,33% em relação a 92. Em números absolutos isso quer dizer que no corrente ano a União dispense US\$ 7,6 bilhões no pagamento dos juros das dívidas e que em 94 pagará aos credores US\$ 32,46 bilhões. É preciso estar atento porque aí não estão incluídas as despesas com a amortização do principal das dívidas externa e interna, nem o que as empresas públicas pagarão aos credores internacionais. O crescimento maior refere-se à dívida interna, passará de US\$ 6 bilhões para US\$ 26 bilhões.

**Dívidas e lucros.** São estas dívidas, que o ministro Fernando Henrique Cardoso considera intocáveis, as responsáveis pelo grande déficit previsto para 94. É daí que saem os lucros dos banqueiros porque, não tendo dinheiro para cobrir o déficit, o governo lança mão da emissão de grande quantidade de títulos,

só para o ano fiscal de 94 está prevista a emissão de US\$ 35,54 bilhões em Títulos do Tesouro a serem negociados em operações de curto prazo no chamado "open market".

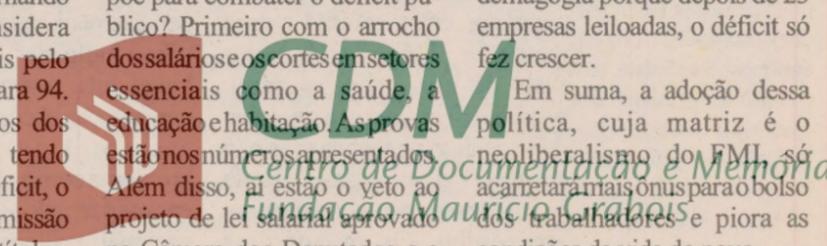
O governo, ao remunerar altamente os seus papéis, eleva a inflação, cuja previsão para agosto é de 33%. Os bancos fazem a sucção do dinheiro público através dessa tristemente famosa ciranda que não é outra coisa senão uma forma de transferir renda dos trabalhadores para os tubarões das finanças. Somados os lucros líquidos do Bradesco, Itaú e Unibanco, nos primeiros seis meses do ano em curso, atingem a soma de US\$ 330 milhões.

Que solução o governo propõe para combater o déficit público? Primeiro com o arrocho dos salários e os cortes em setores essenciais como a saúde, a educação e habitação. As provas estão nos números apresentados. Além disso, aí estão o veto ao projeto de lei salarial aprovado na Câmara dos Deputados e a

Medida Provisória encaminhada ao Congresso.

Em segundo lugar o governo quer que a revisão constitucional aconteça o mais rápido possível para que se faça uma reforma tributária em profundidade. Com o IPMF o governo espera arrecadar no ano fiscal de 94 cerca de US\$ 5,5 bilhões. Mas isso ainda é muito pouco para cobrir o déficit. A solução é aumentar mais ainda os impostos. Foi exatamente essa a proposta de FHC ao apresentar o seu projeto de Orçamento aos líderes dos partidos que apoiam o governo, na reunião que realizaram dia 3 de agosto último. Por fim, o governo fala em combater o déficit vendendo as empresas estatais. Pura demagogia porque depois de 23 empresas leiloadas, o déficit só fez crescer.

Em suma, a adoção dessa política, cuja matriz é o neoliberalismo e FMI, só acarretará mais ônus para o bolso dos trabalhadores e piora as condições de vida do povo.



# Os americanos estão che

▼ **Sucessivas manobras de tropas militares norte-americanas a poucos quilômetros da fronteira do Brasil constituem uma grave ameaça à soberania nacional. É a própria integridade territorial que corre perigo**

Dilermando Toni

Em maio último, cerca de duas centenas de soldados norte-americanos estiveram fazendo exercícios militares nas selvas da Guiana a 40 km da fronteira com o Brasil. No início do ano, lá já haviam estado soldados ingleses e, na costa, belonaves francesas. Entre agosto e setembro estarão chegando à Guiana mais 800 fuzileiros navais norte-americanos a fim de realizarem manobras em outubro.

A base militar de Macuna, originariamente inglesa, vai ser reconstruída na Guiana pelos americanos da mesma forma que outras cinco estão construídas na Colômbia: Cesanare, San Jose del Guaviare, Coveas, Baía Larga e Cauca. Os Estados Unidos montaram uma rede de radares para monitoramento a partir da América Central que se estende a

Santo Andrés na Colômbia, passa por Barranquilla na Venezuela e chega à Guiana e ao Suriname. Todos esses fatos apontam no sentido de uma escalada norte-americanas sobre a Amazônia, com o objetivo de fixação permanente de tropas e bases a fim de exercer um controle militar sobre a área.

**Ação contra o Brasil.** A presença militar norte-americana em toda a extensa periferia da Amazônia brasileira se constitui um importante ponto de estratégia militar mundial do imperialismo dos EUA após o término da guerra fria.

Com o fim da bipolaridade e afastado o perigo soviético, em cima do qual estava montada a estratégia dos EUA, os americanos estipulam alguns pontos do mundo sobre os quais

deveriam concentrar sua atenção e mais propriamente gerenciá-los. Pesaram como critérios a localização geográfica, a importância ou potencial econômico, a existência de conflitos étnicos (foram identificados 50 pontos de disputas étnicas), problemas ecológicos, tráfico de drogas e outros fatores.

O Brasil, ao lado da China e da Índia, passou a ser considerado inimigo em potencial, ou seja, país que de acordo com o rumo que tomar poderá desestabilizar ou quebrar a "nova ordem mundial". A Amazônia brasileira foi colocada com destaque como uma das áreas a serem "gerenciadas". A presença de mecanismos de defesa do Brasil em toda a extensa área de fronteira amazônica é extremamente débil. E, diante da negativa do governo brasileiro em permitir a instalação de tropas e bases americanas em território nacional, a decisão americana foi a de fazer um cerco utilizando os países vizinhos do Brasil.

Seria uma ingenuidade imperdoável acreditar que a presença militar norte-americana na selva amazônica de países

vizinhos ao Brasil se deve a um simples adestramento de tropas em florestas tropicais não existentes nos EUA, como quer explicar o governo americano. Os soldados ianques que estiveram na Guiana em maio fazem parte da 82ª divisão aerotransportada dos EUA, sediada em Fort Bragg, exatamente de onde partiu a invasão de Granada, anos atrás. Do ponto de vista militar, não está afastada do horizonte estratégico dos EUA a ocupação da Amazônia brasileira e a divisão do Brasil. Só gente do tipo do contumaz entreguista Roberto Campos seria capaz de, diante de todos esses fatos, concluir que "é mais fácil os americanos fazerem uma colônia agrícola na Lua do que na Amazônia."

O fato concreto é que há uma modificação na estratégia militar norte-americana no que diz respeito ao continente, até pouco tempo centrada no Panamá como forma de manter desimpedida a passagem marítima entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Agora, a zona de ação militar dos EUA se expande para o sul, fundamentalmente para a região

amazônica, e se liga, como suporte, às intenções de formação de uma grande área de "livre comércio" do Alaska à Patagônia, sob a hegemonia dos EUA, a "Iniciativa das Américas."

**Intervencionismo crescente.** Se a intervenção militar nos países dependentes sempre foi uma característica central da política externa dos países imperialistas pode-se afirmar que no momento atual, com o fim da bipolaridade, os EUA se sentem muito à vontade para garantir seus interesses no mundo manumilitari, encobrendo-se com a bandeira da ONU. Ai estão os casos de agressão ao Iraque e à Somália, as ameaças contra a Coreia do Norte, a Líbia e o Irã, a intervenção da ex-Iugoslávia.

Há toda uma política imperialista, agravada pela crise do sistema, que deriva da necessidade de conter a emergência de países que possam se transformar em potências regionais e ameaças aos interesses das grandes potências. É aí que aparecem opiniões tais como o direito de ingerência, a criação de algumas áreas de soberania internacional ou restrita sob o controle da ONU, o estímulo ora aberto, ora camuflado à divisão interna dos países, via conflitos étnicos ou religiosos, a

## Amazônia cobiçada

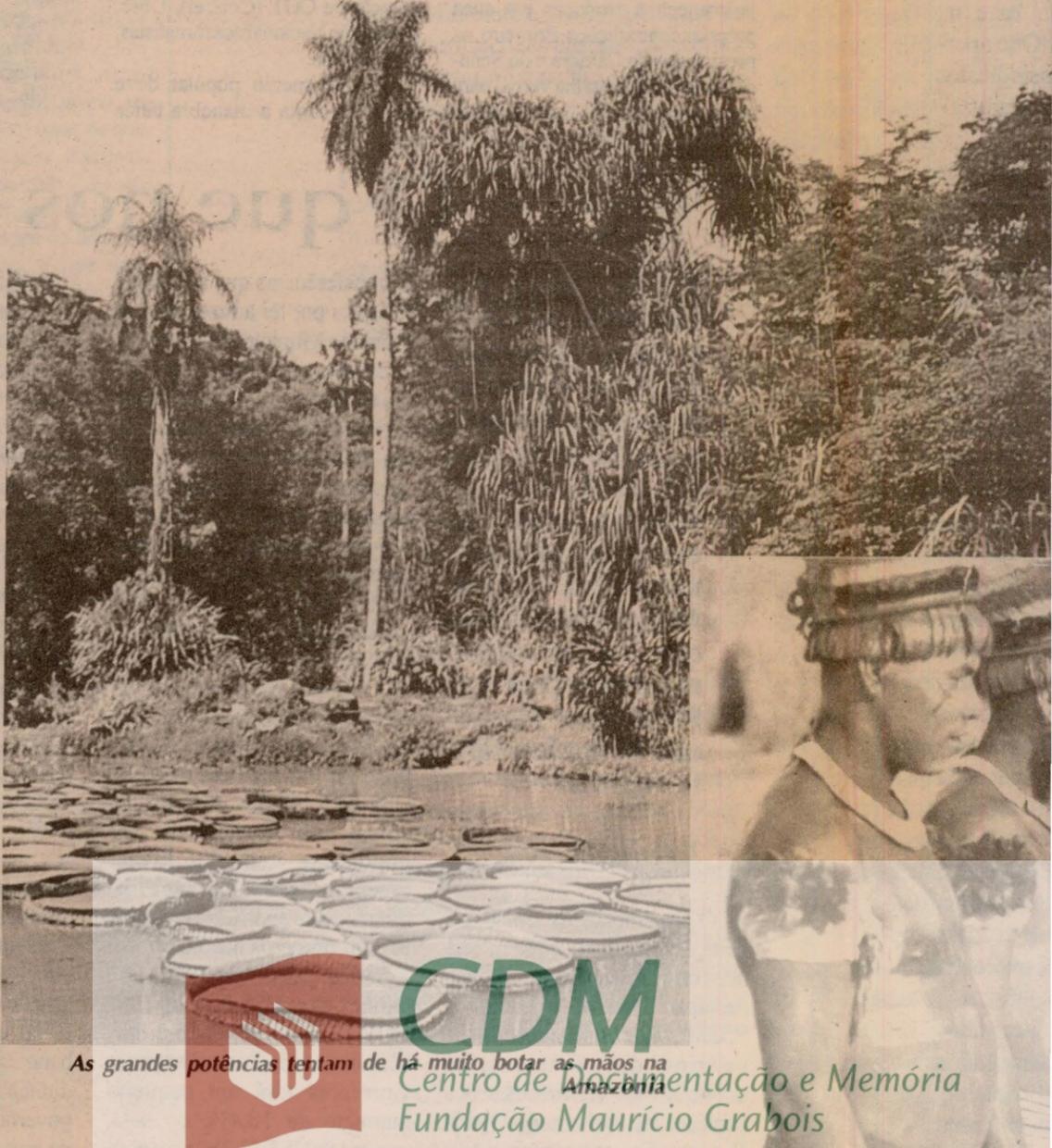
De há muito as grandes potências do planeta tentam botar as mãos na Amazônia. Os arquivos diplomáticos brasileiros, desde o século passado, registram com clareza estas intenções. Na região estão localizadas as maiores reservas minerais do mundo, inclusive de elementos raros como o nióbio do qual nada menos que 98% das reservas conhecidas lá se situam.

Mais recentemente cresceu a cobiça dos monopólios internacionais sobre a Amazônia pelo fato de que ela possui o maior banco genético do mundo, ou seja, a maior biodiversidade biológica que é o conjunto dos seres vivos, com suas mais variadas espécies, raças, sua capacidade de diversificação e adaptação ao meio em que vive.

A partir dos anos 80 começou a ganhar impulso a transformação genética dos seres vivos, que se chama bioengenharia, com larga aplicação na indústria farmacêutica, na agricultura, na pecuária, entre muitos outros ramos. Os EUA, como os países ricos de uma maneira geral, possuem o controle da tecnologia da engenharia genética mas não têm reservas biológicas. Daí todo o interesse no ecossistema amazônico. Os monopólios

congelam a biodiversidade em centros de germoplasma e procuram introduzir qualquer modificação na estrutura genética dos seres para então patentear e usá-los segundo seus interesses, conseguindo grandes lucros. No vizinho Equador, por exemplo, peritos americanos da entidade Missouri Botanical Garden estão desenvolvendo pesquisas e montando bancos genéticos, através do mecanismo de conversão da dívida externa em um projeto de "preservação ambiental", sem qualquer controle do governo equatoriano.

A região amazônica brasileira, em seu conjunto, possui 5 milhões de hectares de terra com pouco mais de 11 km de fronteiras dos quais 6,5 km estão ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Essas fronteiras são extremamente vulneráveis, mal protegidas e na sua maior parte sem marcos demarcatórios visíveis. São áreas de difícil acesso e com baixa densidade populacional. Nelas estão situadas tribos indígenas que após uma longa luta tiveram suas áreas demarcadas. Acontece, entretanto, que os EUA se imiscuíram no problema com o objetivo de criar enclaves ferindo assim a soberania nacional brasileira. (D.T.)



As grandes potências tentam de há muito botar as mãos na

CDM

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

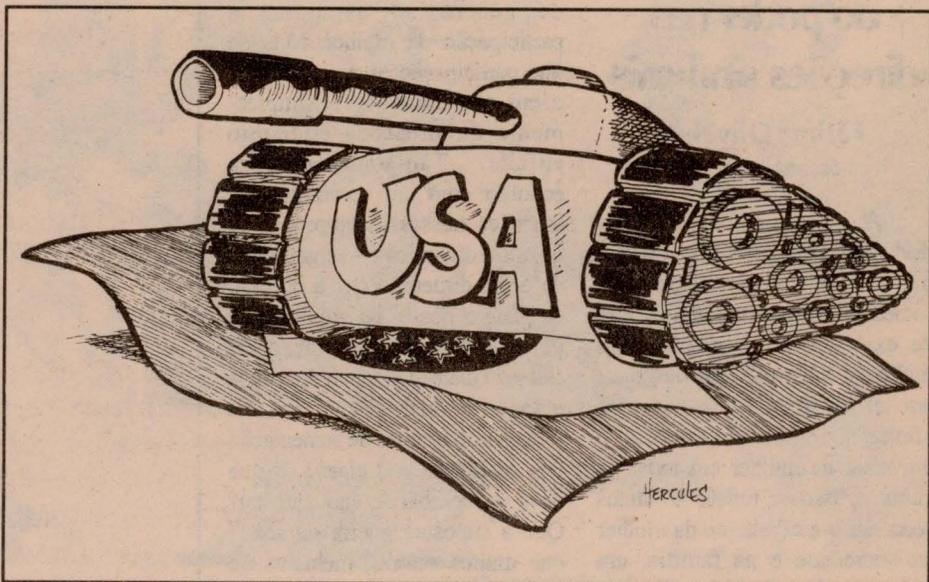
# gando na Amazônia

transformação de Forças Armadas nacionais de mecanismos de defesa em forças supranacionais de combate ao narcotráfico.

Isso constitui o aspecto militar e diplomático internacional da política neoliberal do imperialismo. Olhando-se por essa ótica consegue-se perceber toda a falsidade e a má fé das grandes potências capitalistas que, de uma hora para outra, transformaram-se em defensoras dos direitos humanos, das populações indígenas e outras minorias étnicas e da ecologia. Bandeiras que tradicionalmente estão nas mãos das forças progressistas e que agora a reação internacional tenta usurpar e usar como pretexto para seu expansionismo.

Em janeiro deste ano os militares norte-americanos produziram o documento intitulado Estratégia Militar dos Estados

Unidos traçando toda a linha imediata de ação para a região amazônica. Aí estão contidas diretrizes para adestramento de tropas dos países da área por instrutores americanos bem como para a realização de manobras conjuntas entre tropas ianques e locais pelo menos duas vezes por ano. Os governos da Argentina, da Colômbia e da Venezuela têm aquiescido a essas imposições, sendo que o da Venezuela é o que mais recebe assessoramento dos americanos. É possível que se construam bases militares também nesse país. É bom recordar que quando um grupo de militares venezuelanos tentou apertar Carlos Andrés Perez do poder, os EUA aventaram publicamente a intervenção militar naquele país. Por outro lado, em setembro próximo está previsto o desembarque de marines no



vizinho Paraguai, na fronteira com o Mato Grosso, para a realização de exercícios.

Ainda recentemente o governo norte-americano deslocou o novo diretor de sua agência de combate às drogas (DEA), Lee Brown, para uma série de viagens pela América Latina com a fina-

lidade específica de celebrar acordos com a Colômbia, a Bolívia e o Peru que terão como resultado a expansão de informações na fronteira amazônica e, quando necessário, o envio de "peritos e instrutores militares estrangeiros para a região." Vale ressaltar que Brown tem status de secretário de Estado.

## Defesa da soberania nacional

O Partido Comunista do Brasil ao longo de sua trajetória tem defendido conseqüentemente a soberania nacional. Travou memoráveis batalhas nesse sentido e jamais deixou de denunciar os planos do imperialismo de dominar e intervir na nossa pátria.

Mais recentemente sob o governo Collor de Mello, o Partido se opôs de forma intransigente ao projeto neoliberal por entender que sua aplicação levaria à destruição dos próprios fundamentos da Nação brasileira. No Documento Em Defesa da Nação Brasileira, de 1º de novembro de 1991, o Partido dizia o seguinte:

"Está em marcha um plano que atinge seriamente os fundamentos da nação brasileira esse plano entrosa-se com a estratégia mundial do imperialismo

sobretudo norte-americano. Propugnando uma "nova ordem", os imperialistas tentam liquidar as barreiras nacionais dos países do chamado Terceiro Mundo, a fim de apossar-se de suas riquezas, controlar totalmente suas economias e estender o domínio da oligarquia financeira a territórios alheios.

Atacam elementos essenciais da organização como o Estado Nacional, o Exército Nacional, o desenvolvimento econômico independente e centros avançados da cultura e do conhecimento científico. Projetam desarmar qualquer resistência a uma possível agressão imperialista, à subordinação aos oligopólios internacionais...

Adquire maior gravidade a campanha, no país e no exterior em prol da internacionalização da

Amazônia. Região das mais ricas do mundo em reservas minerais, desde há muito cobiçada pelos imperialistas, é o alvo da propaganda enganadora dos monopólios estrangeiros."

Para os comunistas as tentativas de internacionalizar ou de intervir na Amazônia que partem dos EUA e de outros países ricos fazem parte de um plano de conjunto que vai desde a privatização das empresas estratégicas e maiores facilidades para a ação do capital estrangeiro, passa pelo pagamento

das dívidas externa e interna, via arrocho salarial e vai até as tentativas de transformar as Forças Armadas em polícia para o combate ao narcotráfico. Este plano visa transformar a economia do país em mero apêndice da economia dos países imperialistas, retirando do país toda e qualquer possibilidade de se desenvolver e, mais que isso, pretende transformar o Brasil num país sem possibilidade de resistência, completamente subjugado aos interesses estrangeiros.

### Correndo atrás do prejuízo

O governo brasileiro realizou na terça-feira, 10 de agosto, uma reunião do Conselho de Defesa Nacional com o objetivo básico de discutir a soberania do país sobre a região amazônica, no quadro das intensas manobras militares de tropas estrangeiras próximas ao território brasileiro. A decisão principal foi a reativação do Projeto Calha Norte, no sentido de fortalecer a presença de forças brasileiras sobretudo na região da fronteira.

O projeto foi concebido e começou a ser implementado em 1986. Sob o governo Collor foi totalmente desmantelado. Abrange uma área total de 1.200.000 km<sup>2</sup>, dos estados do Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A extensa região fronteira propriamente dita vai da cidade de Tabatinga no Amazonas até Clevelândia no Amapá, num total de 6.500 Km. De 1986 até o momento foram dispendidos no projeto cerca de US\$ 100 milhões. O Conselho de Defesa decidiu alocar de US\$ 600 a US\$ 800 milhões para retomar o projeto num período de oito anos. Só para a seleção do material a ser utilizado será necessário um ano.

As medidas a serem tomadas dizem respeito principalmente a montagem de um sistema de vigilância brasileira sobre a Amazônia - Sirvam - com um complexo de radares fixos e móveis e outros tipos de sensores que possibilitem saber o que está acontecendo na região. Isto implica na estruturação de um sistema de tratamento e de comunicação de dados cujo ponto final se situará em Brasília. De outra parte, já foram transferidas unidades de Exército de Santo Ângelo (RS) e de Petrópolis (RJ) para a área do Projeto Calha Norte.

Apesar de insistentemente solicitado pelo governo dos EUA, o governo brasileiro tem se negado a participar de operações militares conjuntas na região amazônica. A opinião oficial das Forças Armadas é de que hoje o problema da segurança nacional se concentra na Amazônia porque podem surgir restrições crescentes à soberania nacional na área. Como forma de se contrapor à iniciativa para as Américas dos EUA foi lançada uma proposta denominada "Iniciativa Amazônica" que visa aproximar mais o Brasil de seus vizinhos, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Peru, Bolívia e Equador.



REDE MANCHETE

## TEMA EM Debate

### Democratização do poder nas direções sindicais

Fátima Oliveira

Médica-secretária geral da UBM

A única razão de ser desta discussão e das polêmicas que ela induz, é que vivemos em uma sociedade em que as oportunidades de exercício da cidadania para mulheres e homens são desiguais em tal magnitude que podemos afirmar que há uma desvalorização universal da mulher em todas as culturas. Isso se reflete no status secundário e subalterno da mulher na sociedade e na família, em todas as classes sociais. Para a "categoria trabalhadora" esta questão é relevante e possui uma importância particular.

As simbolizações e a aparência da inferioridade social da mulher são diversas e diferenciadas de cultura para cultura e com variantes em diferentes períodos históricos. Perceber esta realidade tal como ela se apresenta nos permite compreender que, muito embora a opressão feminina, ou como se diz atualmente, a opressão de gênero, seja um fenômeno ou condição comum a todas as mulheres, o viver e sentir esta opressão varia e se agudiza e/ou ameniza de acordo com a ordem social e material na qual a mulher está inserida. Descobrir esta "sutileza" ou caráter de classe na opressão de gênero é uma dificuldade antiga e ainda um problema atual que desafia o movimento sindical.

**Políticas afirmativas.** Já que a opressão de gênero é uma verdade incontestável, um impedimento à igualdade social e política, é necessário que procuremos meios de enfrentá-la, que elaborem políticas afirmativas (formas, meios, medidas de combate às discriminações, preconceitos e tabus), objetivando construir caminhos que favoreçam à mulher o exercício pleno de sua cidadania: igualdade na lei e na vida e o direito à diferença.

E preciso ter coragem e consciência para compreender que por mais refinada e sofisticada que seja a "habilitação" de algumas mulheres ela será sempre insuficiente para que as mulheres possam coletivamente ascender a cargos de direção. É preciso que se entenda que não se rompem barreiras masculinas e/ou machistas milenares sem que haja definição política para isso, visto que a estrutura das sociedades contemporâneas é baseada também na exclusão das mulheres como sujeitos políticos iguais. Portanto, a utilização de mecanismos de "discriminação positiva" é absolutamente necessária do ponto de vista político e ideológico para nós sindicalistas classistas.

Em uma perspectiva classista, as nossas reflexões nos

indicam que a defesa do princípio de cotas dá visibilidade à opressão de gênero ao assegurar a participação da mulher. Mas de que participação estamos falando e em que condições? Simplesmente da presença enquanto enfeite? Tão-somente para encobrir com um verniz progressista as nossas incompreensões quanto à dinâmica e ao significado da exata dimensão que a opressão de gênero possui na ampliação e perpetuação da exploração de classe? Que não entendemos ainda que a opressão de gênero é um dos pilares importantes de sustentação das sociedades de classes e que deve ser combatido enquanto tal? Que a suposta "guerra de sexo" que muitos setores, inclusive do movimento sindical, dizem existir e colocam como pano de fundo nas ditas questões da mulher é tão-somente um desvio que visa afastar o combate consequente desta problemática do centro e do alvo da luta de classes?

Neste momento precisamos ousar ver mais longe e vislumbrar que o estabelecimento do percentual das cotas deve estar centrado na bandeira de luta da democratização do poder no movimento sindical e consequentemente representa o seu fortalecimento. Decididamente não democratizaremos o poder dos meios sindicais sem que definamos com firmeza, percentuais que concretamente signifiquem divisão do poder. Pensando assim acreditamos que as posturas sexistas e as de caráter machistas devem ser abandonadas.

**Recorte de gênero.** Quanto ao antigo e surrado argumento de que nem todas as forças políticas presentes no movimento dispõem de mulheres "habilitadas" o suficiente para cargos de direção, contra-argumentamos que esta realidade é tão-somente uma face gritante e reveladora de quanto o movimento sindical introjetou no seu cotidiano as idéias das classes exploradoras e dominantes: o mito da incapacidade natural da mulher. Coloca também na ordem do dia que necessitamos reformular nossas práticas e demolir os muros visíveis e invisíveis que nos impossibilitam compreender na vida pessoal e pública a necessidade de pensar e agir tendo em conta que há uma teia de mecanismos socialmente construídos que imobilizam ou impedem a plena participação da mulher. O sindicalismo classista é um pólo decisivo no desmonte dessas teias.

O movimento sindical será sempre capenga e incapaz de enfrentar seus inimigos e atingir seus objetivos mais gerais sem que haja participação das mulheres em pé de igualdade. Isso não diz respeito somente ao futuro. É um problema que exige solução imediata. As cotas não trazem em si todas as respostas, mas que representa um bom começo não temos dúvida.

## Plenária Nacional

▼ A Central Única dos Trabalhadores realiza entre os dias 24 e 28 de agosto sua 6ª Plenária Nacional, na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Este será um momento decisivo nos rumos que a Central deverá seguir.

Guiomar Prates

Nas plenárias estaduais realizadas até agora, esboça-se a formação de um grande bloco para se contrapor à Articulação, corrente até agora majoritária na CUT, que vem imprimindo uma característica cada vez mais social-democrata à Central. A

dogmatismo.

Defender a soberania nacional e opor-se à nova ordem imperialista é outro ponto que a CSC vai defender, "pois a ofensiva para liquidar as bases da nação brasileira, que impõe o fim do Estado-Nação, é o movimento estratégico chave da ofensiva neoliberal. Diz respeito às exigências da profunda crise dos países do centro do império, da busca desesperada e demolidora de novos padrões de acumulação monopolista. Para tal necessitam, também, juntamente com as elites brasileiras, restringir ao máximo a democracia, excluir, isolar e derrotar as forças políticas de esquerda e progressistas, instrumentos de resistência dos trabalhadores e das massas", avalia o documento da CSC.



Abertura do 4º Concut realizado em 1991

Corrente Sindical Classista participa da oposição e pretende contribuir para que a CUT assumira de forma mais contundente um caráter classista.

A 6ª Plenária Nacional tem como pauta o balanço dos dez anos da CUT e suas perspectivas; a participação das mulheres nas suas instâncias; e a convocação e critérios de participação no 5º Congresso que deverá ser realizado no próximo ano.

Com 1900 sindicatos filiados, a CUT vive hoje um impasse, que emergiu no primeiro semestre desse ano sob a forma de disputa na sucessão da atual direção, na "briga pelo aparelho" mas que na verdade revela o impasse a que a levou sua corrente majoritária, que orientou o trabalho da entidade para a cúpula, privilegiando as negociações em detrimento da mobilização dos trabalhadores.

Para a Corrente Sindical Classista, segundo a tese que será apresentada à Plenária, a CUT precisa enfrentar algumas questões fundamentais. A primeira delas é reafirmar seu caráter anticapitalista, de luta pela perspectiva socialista. Isto significa, hoje, recusar o "tripartismo" (prioridade de negociações entre patrões, trabalhadores e governos, expressos principalmente nas Câmaras Setoriais) e combater a "parceria" proposta pelos capitalistas e ideólogos do corporativismo sindical.

A CSC considera que a CUT deve debater sobre a experiência da construção do socialismo de maneira aberta, sem

**Ação de massas.** Subordinar a ação institucional ao movimento de massas, priorizando a oposição consequente ao neoliberalismo em detrimento da atuação "propositiva" é outro aspecto que a CSC deverá abordar.

Além desses, defende a redefinição da política do setor rural, que vem sendo questionada por sua insuficiência na mobilização e luta pela reforma agrária; buscar uma nova democracia sindical, que corresponda ao desafio de sua configuração plural, à sua força política coletiva e à sua

contextura ideológica, com base na representatividade concreta. Que aperfeiçoe o processo eleitoral nos sindicatos filiados, referenciado na unidade cutista e representação proporcional.

Segundo a CSC, ao estabelecer como objetivo político, no 4º concut, "...uma nova hegemonia e formulando uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda", a CUT rebaixou a resistência ao projeto neoliberal.

A Central envolveu-se na prioridade às câmaras setoriais, recusou-se a levantar a bandeira do "Fora Collor", voltou-se para o caráter "propositivo" da ação sindical, assumiu uma postura de vacilação na luta contra as privatizações e na defesa da soberania nacional e abraçou a tese do sindicato-cidadão, cujos limites e caráter de classe são até hoje indefiníveis". Para a CSC, a CUT não pode enxergar contradição entre a luta pelo aprofundamento da democracia e o objetivo estratégico, que se baseia na agitação-denúncia do capitalismo e da propaganda pela ruptura do regime burguês.

Sobre a participação das mulheres nas instâncias da CUT, a CSC defende o princípio da definição de cotas. (ver tema em debate). Um dos pontos mais importantes desta Plenária é a convocação do 5º Concut. Para a CSC o básico é possibilitar a participação de várias categorias, com a eleição dos delegados em assembleias, respeitando a proporcionalidade dos votos dados às teses apresentadas.

# Caras-pintadas declaram guerra

▼ Os estudantes voltaram a pintar a cara para declarar guerra a Fernando Henrique Cardoso e comemorar um ano da primeira passeata pelo impeachment de Collor de Mello. O protesto foi contra a continuidade da aplicação do projeto neoliberal

Guimar Prates

O primeiro ano do início do movimento que derrubou Collor de Mello da presidência da República foi comemorado pelos estudantes brasileiros com novas passeatas no dia 11 de agosto. Em São Paulo, como no ano passado, os estudantes se reuniram no MASP, na Avenida Paulista, só que desta vez tinham um novo alvo: Fernando Henrique Cardoso. Segundo os manifestantes ele é o responsável pela continuidade da aplicação do projeto neoliberal collorido e não haverá trégua na guerra declarada contra os cortes de verbas para a educação pública.

A manifestação convocada pela UNE e pela UBES protestou contra o aumento abusivo das mensalidades escolares, contra as privatizações e contra a revisão constitucional. Para o presidente da UNE, Fernando Buarque Gusmão, os cortes que FHC vem realizando nas verbas destinadas à educação o colocam como inimigo número um dos estudantes. Já foram cortados R\$ 25 bilhões no orçamento destinado à educação.



Passeata realizada no dia 11 de agosto em São Paulo

**Mensalidades.** Após prometer, em reunião com diretores da UNE e da UBES, resolver o problema através de uma Medida Provisória, com aplicação imediata, o governo anunciou pela quarta vez regular o reajuste de agosto através de MP e enviar um Projeto de Lei ao Congresso, tratando sobre a regra definitiva dos reajustes. Segundo o que se especula do projeto, os reajustes serão com base nos custos e antecipações, de acordo com a política salarial. Mauro Panzera, coordenador da UBES, diz que é necessário os estudantes ficarem atentos, pois nada garante que Itamar não ceda as pressões dos donos das escolas.

A mensalidade de agosto seria o valor da mensalidade de janeiro mais a inflação acumulada até julho, mais 30% relativo à média obtida pelos professores das escolas particulares em seus dissídios coletivos.

Fernando Gusmão considera uma importante vitória dos estudantes o fato da Medida Provisória revogar o artigo 4º da Lei 8.170, que hoje regula os



aumentos nas mensalidades. Esse artigo permite que as escolas barrem o acesso a provas, exames e transferências dos alunos em atraso com os pagamentos.

**Reajuste semestral.** O projeto de lei enviado ao Congresso, propõe reajustes semestrais com base na evolução dos custos das escolas, considerado no cálculo o número de alunos. Mas entre os reajustes semestrais poderão ser aplicadas antecipações idênticas às da política salarial que estiver em vigor.

No final de cada seis meses, aplica-se o aumento semestral calculado com base na evolução dos custos do período, deduzidas

as antecipações. O projeto incorpora a proposta da UNE e da UBES, de que a mensalidade só seja paga no final do mês e não no início do mês como acontece atualmente.

Uma reivindicação antiga dos estudantes deverá estar contemplada no Projeto de Lei, que estabelece a divulgação do balancete mensal (obrigatório), mostrando o crescimento das despesas e a margem de lucro praticada. A composição dos custos a serem levados em conta no reajuste está estabelecido no projeto. Com isso, as escolas terão que abrir seus livros-caixa e a justiça terá acesso a informações até hoje guardadas com sete chaves pelos donos das escolas particulares.

## CES investe em formação sindical

O Centro de Estudos Sindicais (CES), fundado em 1985, está investindo na formação de sindicalistas. Responsável pela revista Debate Sindical, única especializada no assunto com edição regular, já em seu 14º número, o CES acaba de formar uma nova turma de monitores, que vão reproduzir a experiência da formação sindical. Esse curso aconteceu em Minas Gerais.

Num primeiro momento o CES realizou cursos em diversos sindicatos, contando com sete monitores. Nesse esquema passaram pelos cursos do CES mais de seis mil sindicalistas.

A partir de julho do ano passado começou o trabalho de formação de monitores, que hoje chegam a 50 e reproduzem esses cursos nos estados. Os monitores estudam as origens e as diversas concepções do sindicalismo, a história do movimento sindical brasileiro, além de filosofia e economia política. Os cursos para monitores duram, em média, dez dias, em regime intensivo.

Pelos cursos do CES, já passaram (como professores ou debatedores), alguns nomes importantes, como Ricardo Antunes e Armando Boito, ambos professores da Unicamp; Raimundo Pereira, jornalista; Bautista Vidal, professor da UNB; Edgar Carone, historiador; e muitos outros.

Flávio Villar, um dos coordenadores do CES, chama atenção para o fato de que a entidade não restringe seus cursos e seminários aos sindicatos ligados à Corrente Sindical Classista, mas atua com todas as forças que participam da CUT. Além disso, o CES está preocupado em desenvolver temas que exigem respostas imediatas do movimento sindical, como novas tecnologias e técnicas de gerenciamento, por exemplo.

## UJS defende socialismo científico

A União da Juventude Socialista realizou de 27 a 30 de julho, em Mongaguá (SP), um seminário com o objetivo de desenvolver temas relacionados ao socialismo e a sua organização, com base nas decisões do 6º Congresso da entidade, que aconteceu no meio do ano passado.

O seminário posicionou-se contra a revisão constitucional e a UJS deverá denunciar as manobras das elites na tentativa de restringir as conquistas democráticas. Deverá também desenvolver uma campanha em defesa do primeiro emprego, contra as restrições que o mercado de trabalho impõe aos jovens, e que aumentam conforme se agudiza a crise do capitalismo.

Uma das principais polêmicas do seminário versou sobre como a UJS deveria abordar a defesa do socialismo. Apontar o socialismo científico como o sistema que supera o capitalismo ou aglutinar todos aqueles que defendem o socialismo de forma genérica. A conclusão é que a UJS deve defender o socialismo científico da forma mais ampla possível.

Novas formas de abordar a juventude, com a utilização de vídeos, gibis e outros instrumentos mais modernos devem ser incentivadas, segundo o coordenador da entidade, José Carlos Madureira. "Precisamos superar a fase em que as reuniões - longas e chatas, algumas vezes - eram nossa única forma de organização.

Consolidar a UJS entre secundaristas e universitários e se enraizar na juventude trabalhadora é a meta ambiciosa definida no seminário. Até 94, quando a UJS completa 10 anos no dia 22 de setembro, será desenvolvida a campanha "Agora só falta você", que pretende multiplicar por dez tudo o que a entidade já construiu. Para que isso aconteça, na avaliação de sua coordenação nacional, é necessário que a entidade se dê conta que não basta atuar apenas no movimento estudantil, porque, isoladamente, ele não consegue dar respostas ao movimento juvenil brasileiro. "A UJS deverá se voltar para os milhões de jovens, principalmente os trabalhadores", afirma Madureira.

## Bancários do Acre fazem 1º Congresso

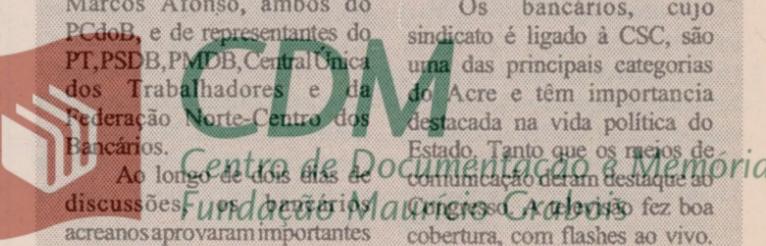
O Sindicato dos Bancários do Acre realizou o seu primeiro congresso nos dias 5, 6 e 7 de agosto, com mais de cem delegados da capital e de diversos municípios do interior.

A concorrida abertura contou com a presença do Prefeito de Rio Branco, Jorge Viana, do deputado estadual Sérgio Taboada, do vereador Marcos Afonso, ambos do PCdoB, e de representantes do PT, PSDB, PMDB, Central Única dos Trabalhadores e da Federação Norte-Centro dos Bancários.

Ao longo de dois dias de discussões, os bancários acreanos aprovaram importantes

resoluções sobre a conjuntura política e sindical, definiram um plano de lutas para o período e renovaram os estatutos. Para permitir maior mobilização na campanha salarial, foi aprovada a antecipação das eleições para o mês de maio do próximo ano, evitando-se assim, a coincidência com a data-base da categoria, nacionalmente definida para setembro.

Os bancários, cujo sindicato é ligado à CSC, são uma das principais categorias do Acre e têm importância destacada na vida política do Estado. Tanto que os meios de comunicação deram destaque ao congresso. O trabalho fez boa cobertura, com flashes ao vivo.



## MOVIMENTO Comunista

### Nossa presença em Cuba

José Reinaldo Carvalho  
Presidente do CC do PCdoB

A delegação do Partido Comunista do Brasil, presente em Havana para participar dos trabalhos do 4º Encontro do Fórum de São Paulo, foi alvo de calorosa acolhida por parte de dirigentes e militantes do Partido Comunista Cubano, de dirigentes de organizações sociais de massas, trabalhadores da imprensa e por cidadãos com quem tivemos a ocasião de dialogar durante duas semanas.

Na sede do Comitê Central do Partido Comunista Cubano teve lugar uma fraternal conversação com o membro do Birô Político e responsável pelas Relações Internacionais do PCC, José Ramon Balaguer, ocasião em que se reafirmaram os laços de amizade internacionalista entre os dois partidos e a disposição para aprofundá-los e reforçá-los. Uma vez mais expressamos a solidariedade ativada dos comunistas e do povo brasileiro a Cuba, do que foram exemplo as atividades e manifestações populares realizadas em Salvador e São Paulo, durante a visita de Fidel Castro ao nosso país em julho último. Ramon Balaguer fez uma exposição sobre a heróica história de luta anticolonialista e antiimperialista do povo cubano, assinalando que "a história de Cuba é a história da luta permanente pela independência, o que explica a identidade entre a Revolução, o Socialismo e o Patriotismo." Ele também comentou a atual situação de Cuba, referindo-se ao período especial que atravessa a Revolução cubana, em decorrência da intensificação do criminoso bloqueio imposto pelo imperialismo norte-americano e da nova situação criada com a derrota do socialismo no Leste europeu.

O encontro entre os representantes das direções do PCdoB e do PCC possibilitou que os camaradas cubanos conhecessem elementos da história do nosso partido e recebessem informações sobre a presente atuação dos comunistas brasileiros, sua influência política e inserção nas lutas nacionais, democráticas e sociais do povo brasileiro.

**PCdoB.** O Partido Comunista do Brasil participou como membro efetivo no 4º Encontro do Fórum de São Paulo (ver matéria na página 13). A diversidade de posições e tendências políticas e ideológicas representadas no Encontro não constituiu para nós desestímulo nem motivo para nos sentirmos limitados em nossa intervenção e atuação. Muito ao contrário. Sentimo-nos à vontade por nos encontrarmos num

ambiente marcadamente democrático e antiimperialista, o que nos colocou em condições de adotar uma postura positiva e dar nossa modesta, mas efetiva e valiosa contribuição à unidade das forças de esquerda latino-americanas e caribenhas.

Nesse espírito, o pronunciamento do PCdoB teve caráter essencialmente político, centrado no combate ao imperialismo. "É positiva e bem articulada a crítica ao neoliberalismo, presente nos informes de abertura da reunião, que se realiza num momento importante da luta dos países e povos latino-americanos, logo após os êxitos alcançados pelo movimento de solidariedade a Cuba durante a 2ª Cumbre realizada em Salvador", assinalamos em nosso discurso, acrescentando em seguida: "Devemos extrair desse Encontro uma denúncia e o combate ao neoliberalismo não apenas no que se refere aos seus aspectos conceituais e aos seus efeitos na deterioração dos indicadores econômicos e sociais. É indispensável evidenciar e combater energeticamente as graves ameaças que o hegemonismo norte-americano representa para nossos povos e nações. O predomínio do neoliberalismo e a ofensiva imperialista sobre os países e povos põem em risco sua existência enquanto nações soberanas e independentes."

O PCdoB apresentou as principais vertentes em que se manifesta atualmente essa ameaça. Primeiramente, através de golpes arrasadores nas economias nacionais, com a abertura dos mercados e as privatizações de empresas estatais indispensáveis ao desenvolvimento nacional. Em segundo lugar, por meio de ameaças à integridade territorial e à defesa do país, muitas vezes invocando hipocritamente as questões indígenas e ambiental a fim de internacionalizar a Amazônia. Quanto à defesa, os imperialistas apregoam que no quadro da nova ordem as forças armadas nacionais já não são necessárias, cabendo-lhes funções de polícia no combate ao narcotráfico. Articulada com os ataques à soberania nacional, surge grave ameaça também a vida democrática. Em nossa intervenção no Fórum de São Paulo, denunciávamos que está em curso no Brasil um plano das classes dominantes visando a restringir a democracia e inviabilizar a participação das forças progressistas na vida política, através de projetos de revisão constitucional, que liquidam conquistas democráticas e sociais e de leis partidárias e eleitorais que ameaçam a existência legal e o funcionamento normal de partidos políticos democráticos e populares.

Concluimos afirmando que o caminho para enfrentar essas graves ameaças à soberania nacional e à democracia passa pela união de amplas forças democráticas, nacionais e populares.

## Clima de tensão no Líbano

Lejeune Mato Grosso de Carvalho  
Sociólogo - professor da Unimep



Libanesa em frente a sua casa destruída

Após sete dias de intensos bombardeios pela aviação israelense nos povoados e aldeias do sul do Líbano, o saldo final da operação denominada de "Ajuste de Contas", acabou resultando em 132 mortos e mais de 500 feridos. Isso sem falar no deslocamento de uma massa humana de cerca de 500 mil pessoas, que abandonaram suas casas às pressas rumo a Beirute, para fugir dos ataques.

Dando-se por satisfeitos (sic), os sionistas do Estado de Israel retiraram-se das terras, que a imprensa insiste em chamar de "terra de ninguém", que compreende cerca de 14 quilômetros de largura e 80 de extensão. Nessa área concentram-se também cerca de cinco mil soldados da ONU, os "capacetes azuis".

Tal decisão de retirar-se esteve casada com a ocupação, de toda a região, pelo exército libanês, que deslocou para a área os primeiros 600 homens, que terão como atribuição principal a missão de tentar desarmar os guerrilheiros Hezbollah, organização político-religiosa de linha xiita, que segue orientação do Irã.

Segundo declarações das lideranças do Hezbollah, as operações militares da guerrilha na região não deverão ser interrompidas, enquanto o exército israelense não abandonar completamente a chamada "zona de segurança". E, ao que tudo indica, os conflitos e o clima de tensão no local continuarão elevados.

## ONU condena resoluções da Unita

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou em julho, por unanimidade, a resolução 851, em que condena as ações da Unita e afirma reconhecer a legitimidade do governo angolano.

Uma tomada de posição positiva mas que fica aquém do que seria necessário, pois concede à Unita um longo prazo de dois meses para se decidir a voltar à mesa das conversações.

A resolução sobre Angola reitera a exigência de que a Unita aceite sem reservas o resultado das eleições e acate plenamente os acordos de paz, condenando o movimento de Jonas Sabimbi por prosseguir com ações militares que "estão a resultar no aumento do sofrimento da população civil de Angola e prejudicam a economia".

O documento exige também a retirada da Unita das posições que ocupou desde o recomeço das hostilidades, após as eleições de setembro de 1992, e apela às duas partes, "e em particular à Unita, para reiniciarem logo que possível as conversações de paz sob os auspícios das Nações Unidas com vista ao imediato estabelecimento de um cessar-fogo por todo o país e à plena aplicação dos acordos de paz e das relevantes resoluções do Conselho de Segurança".

O texto exorta todos os Estados a absterem-se de quaisquer ações que possam, direta ou indiretamente, prejudicar a aplicação dos acordos de paz, em particular qualquer forma de assistência militar direta ou indireta ou outro apoio à Unita que seja inconsistente com o processo de paz. A resolução afirma ainda a disposição do Conselho de Segurança de impor sanções à Unita, incluindo o embargo de armas, caso não se verifique um cessar-fogo até 15 de setembro, e exige que a Unita respeite os compromissos assumidos quanto ao programa de ajuda humanitária.

O documento prorroga o mandato da missão da ONU em Angola (Unavem II) por mais dois meses, ou seja, até 15 de setembro.

Expressando grande preocupação com o agravamento da situação política, militar e humanitária em Angola, a resolução congratula-se e apoia os esforços do secretário-geral e do seu representante especial. Alioune Blouin, com vista à resolução da crise através de negociações, e pede ao secretário-geral, Butros-Ghali, que elabore um novo relatório sobre Angola antes de 15 de setembro.

**Tanto e tão pouco.** É de assinalar que nunca o Conselho de Segurança da ONU foi tão longe nas posições tomadas em relação a Angola. No entanto, face à dramática situação que se vive naquele país, é preciso dizer-se que continua a ser pouco.

A Unita já demonstrou, sem margem para dúvidas, não estar disposta a aceitar o resultado das eleições, internacionalmente reconhecido, deixou claro também que as suas esporádicas passagens pelo processo de negociações se

destinam, sobretudo, a garantir os compassos de espera de que necessita antes de se lançar em novas ações militares.

Ninguém, minimamente informado, pode hoje duvidar de que a única "solução" que agrada à Unita é a plena tomada do Poder, esse que não ganhou nas urnas e se propõe conquistar pelas armas.

Neste contexto, entende-se mal o prazo de dois meses - até 15 de setembro - dado à Unita para calar as armas e respeitar compromissos assumidos e sempre violados.

Dois meses é demasiado tempo quando, como o próprio Comitê Internacional da Cruz Vermelha reconhece, morrem em Angola mil pessoas por dia, devido à guerra e à fome.

Dois meses é demasiado tempo quando os cadáveres se amontoam nas ruas do Cuito, onde as forças da Unita destruíram o hospital provincial, e os combates se travam corpo a corpo.

Dois meses é ainda demasiado tempo quando as medidas concretas pedidas pelo governo de Angola (o congelamento das contas bancárias da Unita para a compra de material bélico, a imposição de restrições à livre circulação transfronteiriça de membros da Unita fora do âmbito das negociações, o encerramento das suas representações no exterior, o limite à utilização de facilidades de propaganda nos meios de comunicação social nos Estados membros da ONU, entre outras) continuam por implementar. Dois meses, enfim, é demasiado tempo quando a Unita reage à resolução do Conselho de Segurança classificando-a de "não construtiva" e anuncia a continuação de ações militares.

Como lembrou recentemente no Cairo, na cimeira da OUA, o presidente José Eduardo dos Santos, nunca, como desde as eleições angolanas, "houve em Angola tantas mortes, tantas destruições, tantas pessoas deslocadas, improdutivas e sem abrigo, tanta doença e miséria".

Desde então, lembrou, "a ocupação pela Unita de algumas áreas produtivas vitais, a insegurança imposta em várias áreas rurais e a sistemática destruição de pontes e outras infra-estruturas económicas, impedem ou dificultam a livre circulação de pessoas e bens, a realização dos trabalhos agrícolas e a própria atividade produtiva e mercantil em geral, com graves consequências para a vida das populações".

Esperemos que os dois meses concedidos à Unita pelo Conselho de Segurança antes da tomada de medidas concretas para pôr fim à sua ação criminosa não sejam o tempo bastante para a liquidação de um processo que se pretende de paz.

Maurício Grabois  
Extraído do Jornal "Avante" órgão oficial do Partido Comunista Português.

# Fórum de S. Paulo contra neoliberalismo

▼ A capital de Cuba, Havana, sediou entre os dias 21 e 24 de julho o 4º Encontro do Fórum de São Paulo, movimento surgido em 1990 que engloba forças políticas nacionalistas, antiimperialistas, democráticas e populares da América Latina e do Caribe



Fidel foi presença constante no Fórum realizado em Cuba

Participaram 112 organizações-membros e 25 observadores da região, além de 43 observadores de forças políticas da América do Norte, Europa, Ásia e África. Entre os partidos membros do Fórum de São Paulo, esteve presente uma delegação do Partido Comunista do Brasil, representada pelo secretário de Relações Internacionais do Comitê Central, José Reinaldo Carvalho.

O tema central do 4º Encontro foi a avaliação da situação econômica, política e social da América Latina e Caribe, debatido em sessões plenárias com intensa participação e não pouca polêmica. Lateralmente realizaram-se debates em comissões sobre Educação Política e Relação entre partidos políticos e movimentos sociais.

O comandante da Revolução cubana e presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros da República de Cuba, Fidel Castro, assistiu todo o Encontro e fez a intervenção de encerramento. Observando que acompanhou atentamente os debates pelo interesse de conhecer o pensamento da esquerda latino-americana, Fidel referiu-se à fase atual da luta política como "um dos momentos mais difíceis do Hemisfério, do mundo e da esquerda". E ressaltou como positivo o fato de que o encontro revelou a unidade da esquerda latino-americana e caribenha quanto à luta contra o neoliberalismo: "Sinto-me estimulado por ter tido esta oportunidade de escutá-los. Chama a atenção a grande comunidade de idéias e o critério praticamente unânime sobre o que significa o neoliberalismo".

A esse respeito, o líder cubano destacou a importância estratégica dessa luta: "A batalha prioritária na América Latina é derrotar o neoliberalismo, pois senão desapareceremos como nações, como estados independentes".

O 4º Encontro do Fórum de São Paulo constituiu ainda uma vigorosa manifestação de solidariedade ao povo cubano e à sua Revolução. Apesar da diversidade de tendências político-ideológicas presentes no 4º Encontro do Fórum de São Paulo, foi possível aprovar democraticamente e por unanimidade uma Declaração, da qual publicamos os principais trechos, por razões de espaço.

O 4º Encontro do Fórum de São Paulo constituiu uma demonstração de vitalidade das forças políticas nacionalistas e antiimperialistas, democráticas e populares, de esquerda e socialistas da América Latina e do Caribe comprometidas com mudanças profundas em nosso continente.

A escolha durante o 3º Encontro realizado, em Manágua, da cidade de Havana como sede se transformou numa decisão transcendental. Possibilitou a incorporação de 30 forças políticas, anticolonialistas, populares e democráticas do Caribe, que fortaleceram este esforço unitário. Permitiu tomar contato com a difícil situação que atravessa o povo irmão de Cuba e constatar os graves efeitos do bloqueio e da política sistemática de agressão que o governo dos EUA leva adiante. Igualmente, testemunhou a firmeza e a vontade de luta cotidiana que os cubanos desenvolvem para salvaguardar as conquistas econômicas e sociais alcançadas. Quando mais de 180 milhões de latino-americanos e caribenhos vivem na pobreza e 88 milhões suportam a extrema pobreza ou a indigência, essas conquistas revolucionárias são ainda mais significativas.

Por isso, o 4º Encontro reafirmou sua resoluta condenação ao imoral bloqueio imperialista contra Cuba e assumiu o compromisso de aprofundar as ações políticas tendentes à sua suspensão, assim como sua integração plena e incondicional à Comunidade Continental da qual é parte indivisível.

O Fórum de São Paulo se converteu num fato sem precedentes. Forças políticas da região, de diversas orientações ideológicas e políticas, encontram formas de ir avançando no difícil e ineludível caminho da unidade em meio à diversidade, assentadas em nosso próprio desenvolvimento histórico e cimentadas num continente mestiço, étnica e culturalmente, base de nossa potencialidade para desenvolver um modelo de sociedade soberana, solidária, justa e integradora.

A América Latina e o Caribe, insertos num mundo unipolar conformado por blocos econômicos hegemônicos - que redefinem em função de parâmetros tecnológicos os termos de intercâmbios e a divisão internacional do trabalho - resistem

à aplicação do projeto neoliberal.

No último ano, evidencia-se uma fratura no projeto neoliberal, até pouco tempo atrás francamente hegemônico. A derrubada dos presidentes do Brasil, da Venezuela e da Guatemala evidencia a força da mobilização social e uma vontade de mudança no povo, tanto no terreno da luta contra a corrupção como no repúdio à política econômica. Manifestação desse repúdio é também o resultado do plebiscito no Uruguai, em que 72% dos votantes se expressaram contra a política de privatização que o neoliberalismo vem impondo.

Hoje são mais visíveis as consequências das políticas neoliberais. Vivemos a abertura indiscriminada da economia; a confiança cega no mercado, controlado por oligopólios transnacionais; a organização da economia em função de garantir o pagamento da dívida externa e a sujeição às políticas definidas no FMI e no Banco Mundial. Esta realidade provoca a destruição de ramos industriais, em especial os nacionais; aprofunda desequilíbrios entre os diversos setores da economia; faz crescer o déficit das balanças comerciais e de pagamentos; inclusive, em alguns casos, fazem as economias retrocederem a uma nova fase primária exportadora. Por outro lado, leva ao abandono da produção agropecuária não exportadora minando as possibilidades de auto-suficiência alimentar e, sobretudo, aumenta o desemprego e prescinde de todo interesse na igualdade e na justiça social. Assim, ainda quando haja crescimento em alguns países, não se produz um aumento dos pontos de trabalho. Tudo isto contribui para o crescente debilitamento dos Estados nacionais, diminui sua responsabilidade no atendimento de urgentes necessidades sociais, limita-se a soberania nacional e se incrementa a desigualdade, o que contribui para o empobrecimento da população...

O Fórum destacou a importância de luta pela democracia política, entendida como um produto histórico de combate dos povos. Afirmou a necessidade de aprofundar a democracia através da combinação de mecanismos representativos e formas de democracia participativa e direta, integrando lutas institucionais com lutas sociais. Igualmente ressaltou

a necessidade de reconhecer e incorporar a pluralidade étnica e cultural, a igualdade de gênero no exercício da democracia.

A defesa e o aprofundamento das conquistas democráticas passam também pela luta contra a corrupção, transformada em prática cotidiana das elites políticas latino-americanas, em suas expressões tradicionais e neoliberais. A corrupção é um problema político e ético. Põe em evidência os intentos das classes dominantes de "privatizar" cada vez mais o Estado, colocando-o a serviço de seus interesses corporativos e particulares.

A democracia é incompatível com a permanência do colonialismo que subjugou diversos povos de nosso continente e com as restrições à soberania e à independência que a dominação econômica e política externa impõe a nossos países.

É evidente que o atual estado da economia e da política no continente conduz a uma persistente violação dos direitos humanos de nossos povos, provoca comoções sociais e ações desesperadas, assim como uma ampla mobilização popular de repúdio ao neoliberalismo. É necessário que nossas forças políticas contribuam para a orientação e organização das lutas sociais com uma perspectiva política de transcendência histórica. Para vencer os desafios colocados pelo quadro de miséria social, de crise, de crise ética, de instabilidade social e política e de autoritarismo, é necessário passar da denúncia e da resistência a propostas e ações alternativas concretas...

Urge, por isso, formular e implementar projetos de desenvolvimento que, expressando os interesses e a força organizada de movimentos populares, apontem para um crescimento econômico sustentado e independente, ambientalmente equilibrado e com distribuição equitativa de riqueza, num marco de aprofundamento da democracia em todos os terrenos. O eixo desse projeto são as mudanças econômicas, políticas e sociais que permitem às grandes maiorias acederem ao emprego, ao consumo, à propriedade e aos direitos civis. Este projeto deve também evitar a degradação ecológica provocada pelo afã de lucro e a fome e a pobreza extrema. Não se pode aceitar a fórmula "primeiro crescer

e depois distribuir", mas há que se definir uma estratégia de crescimento com distribuição...

Vivemos um processo de crescente globalização da economia. Um projeto de desenvolvimento não pode desconhecê-lo. Mas nesse processo, os EUA pretendem que a América Latina e o Caribe sejam simples apêndices... Isto nos coloca, uma vez mais, a essencial necessidade da integração continental de nossos povos e nações... Somente uma comunidade latino-americana e caribenha de nações, econômica e politicamente integrada, terá força para situar-se, com independência, num mundo controlado pelos grandes blocos econômicos e por suas políticas adversas aos interesses de nossos povos...

Independência, desenvolvimento, democratização e integração não devem ser processos separados, nem consecutivos, mas integrados, interatuantes e contemporâneos de nossa atividade econômica e política...

A presença militar no Panamá, a ilegal ocupação da base de Guantânamo, a manutenção do bloqueio a Cuba, o intervencionismo, associado ou não à luta contra o narcotráfico, assim como as pressões políticas e econômico-comerciais sobre nossos países, figuram entre as situações que devem mudar radicalmente se se deseja concretizar uma relação efetivamente nova entre a América Latina, o Caribe e os EUA...

O Fórum de São Paulo registra como uma realidade inaceitável a persistência do status colonial de Porto Rico, da Guiana Francesa, de Martinica, Guadalupe e outros territórios coloniais, fazendo sua causa da independência nacional e da autodeterminação para seus povos, assim como o reconhecimento da soberania argentina sobre as Malvinas...

No plano internacional, o Fórum declara que é necessário lutar pela construção de uma nova ordem mundial, cujo conteúdo precisamos no 3º Encontro em Manágua.

A atual situação a nível dos organismos supranacionais, gestada à luz de outras realidades mundiais, manifesta-se de forma absolutamente injusta e carente de garantias. O caráter com que se invoca e usa o direito internacional e as próprias Nações Unidas e seu Conselho de Segurança, condiciona e atropela a soberania e a independência dos Estados. Interpretam-se as normas internacionais em função dos interesses das grandes potências, que por sua vez ficam condicionadas pela hegemonia militar dos EUA. São exemplos disso a recente agressão ao Iraque, a ocupação militar da Somália, sob pretexto humanitário, a ameaça nuclear imperialista à Coreia, as sanções à Líbia. Outrossim, as Nações Unidas desconhecem as resoluções que seu próprio Conselho de Segurança adotou em relação a Israel, tomando-se de fato cúmplice das agressões e do drama de que é objeto o povo palestino em sua luta pelo estabelecimento de seu Estado independente.

Depois dos desconcertos, frustrações e vazios dos últimos anos, o 4º Encontro se realizou quando tem lugar uma retomada das lutas populares e se alcançam progressos na busca e renovação do pensamento da esquerda latino-americana e caribenha. Estamos decididos a continuar organizando e criando caminhos de luta e vitória!

Havana, 24 de julho de 1993.

# CONSCIÊNCIA Socialista

## Elevar a ação política do Partido

**Jô Moraes**  
Presidente do PCdoB-MG

A atividade militante no cotidiano das organizações populares ou das instituições nas quais atuamos é uma máquina trituradora de nossas melhores energias. Ficamos de tal maneira envolvidos com problemas administrativos, reivindicações econômicas, demandas setoriais que esquecemos inteiramente a orientação revolucionária de nossa opção partidária. Sem perceber, deixamos de lado a ação política e rebaixamos nossa militância à mera dimensão setorial, sindical, estudantil, comunitária, institucional, a ela nos entregando plenamente.

**Ruptura radical.** A gravidade da crise que o país atravessa, consequência do seu impasse estrutural exige uma ruptura radical com essa prática de cunho economicista.

Está posto o grande desafio de levar aos trabalhadores e ao povo a consciência da encruzilhada histórica em que nos encontramos e as saídas para ela.

É pernicioso a distância que separa a insatisfação das massas com a atual situação e sua inserção na vida política. O famoso descrédito com os políticos e a política, mesmo alimentado pela ação degenerada dos partidos da burguesia, não contribui para o avanço do processo transformador que nosso país necessita. Esse afastamento das massas da política limita o desenvolvimento de sua consciência permitindo, em alguns momentos, a ação manipuladora da mídia e do grande capital.

**Tirar o país da crise.** Urge que ressaltemos, em toda nossa ação junto às massas, o debate e as mobilizações em torno das propostas políticas, para tirar o país da crise. Ao mesmo tempo em que desenvolvemos nossa propaganda anticapitalista e de defesa do socialismo.

Esse debate torna-se ainda mais necessário quando presenciarmos constrangidos setores da classe operária envolvidos com representantes do grande capital, como é a Força Sindical. Ou trabalhadores de algumas estatais apoiarem as privatizações em torno de uma ilusória participação na compra de ações.

Dizia Lênin: "...É preciso educar toda a classe dos trabalhadores assalariados a fim de que desempenhem o papel de combatentes para libertar toda a humanidade de qualquer opressão." E essa educação é tarefa fundamental de um partido revolucionário.

**Destaque à ação política.** Romper com a rotina das tarefas imediatas, existentes enquanto se mantiver a exploração capitalista, e dar destaque à ação política é hoje tarefa imposta aos comunistas em sua atividade militante junto às massas.

Mais do que em outras situações esse momento permite traduzir para nosso povo, de forma clara, a ligação de sua vida difícil e miserável com as soluções políticas apresentadas pelas classes dominantes. Até nos ônibus e nos botecos discute-se IPMF, taxa de juros, cortes no orçamento etc. Cabe aos comunistas intensificar sua agitação política em todas as lutas em curso, quer por salários, moradia, mensalidades escolares e outras. Construindo nesse debate e nas mobilizações, uma plataforma política para tirar o país da crise, que unifique as suas organizações e forças interessadas num novo Brasil.

## Momento propício para o crescimento

**Ronald Freitas**  
Membro do CC do PCdoB

Vivemos um momento favorável ao crescimento partidário. A realização das filiações exigidas na atual "batalha da legalização", em fase de realização das Convenções Municipais, demonstra a possibilidade da interiorização e crescimento do PCdoB. Assim um conjunto de fatores político-organizativos, que adequadamente compreendidos e trabalhados, muito nos ajudarão a intensificar nosso crescimento e organização.

A coerência teórico-política coloca o PCdoB em destaque no cenário nacional. As demais forças de esquerda estão sem perspectivas, abdicam de suas bandeiras e executam guinada ao centro, senão à direita, o que favorece a nossa atuação. Paulatinamente, o PCdoB transforma-se em referência para as camadas mais esclarecidas da sociedade e as massas em geral. Surgimos como uma força consequente, ampla e que realmente defende a

soberania nacional e o socialismo. As repercussões do programa de TV do Partido, as atividades de solidariedade a Cuba, a defesa da auto-determinação dos povos durante a Cúpula Ibero-Americana em Salvador, entre outras, atestam isso.

A presença do PCdoB nas frentes de massas organizadas, sindicatos, entidades estudantis, os mandatos parlamentares e a ocupação de cargos de destaque em alguns municípios, abrem perspectivas crescentes de divulgar nossa política, firmar e projetar lideranças e, dessa maneira, criar um "espaço político" favorável ao crescimento partidário.

Combine-se a isso o agravamento da crise político-institucional que o país atravessa e a inevitável busca de saídas a que os mais variados setores sociais se lançam, e teremos o terreno propício para exercer a nossa política e ampliar as fileiras do Partido. Um elemento destacado para intensificar o nosso crescimento e potencializar as condições favoráveis citadas, é uma aguda compreensão dos dirigentes do Partido, particularmente dos Comitês

Regionais, de que estas condições existem. Depende dessa compreensão e da ação política dela decorrente, por parte dos dirigentes, a transformação dessas possibilidades em realidade política. É necessário que ao dirigirmos o Partido, tenhamos presente que ao lado da, sempre mais importante, condução do rumo político e das articulações, o acompanhamento da vida orgânica e a elaboração de políticas voltadas ao crescimento e fortalecimento partidários são questões vitais.



Campanha de filiação em Campinas-SP

## Avanços na legalização

Em Minas Gerais o PCdoB dá um salto de qualidade. No dia 18 de julho, realizou um ato político-cultural no encerramento da convenção municipal de Montes Claros. As 560 novas filiações garantiram a vida legal do Partido na cidade. A convenção de Ponte Nova, no último dia 15, assegurou a renovação do Diretório com 241 filiações. O Diretório de Governador Valadares espalhou outdoors pela cidade, convidando a população a filiar-se. Em Itajubá, já são 270 novos filiados. Com mutirões, Betim já filiou 300 pessoas. Unai filiou mais 190 e Ouro Preto já completou sua cota. Os comunistas mineiros desenvolvem também a campanha *Uma Classe Para Cada Militante*, visando fortalecer *A Classe Operária*, com uma campanha de assinaturas.

No Ceará, o distrital da Barra de Fortaleza realizou convenção no dia 1º de agosto com uma manifestação contra a revisão constitucional, em defesa da democracia e por uma pátria socialista. Participaram do ato representantes: do PSB, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento de Oposição dos Ferroviários etc. Uma delegação de 20 camponeses filiou-se ao Partido no ato.

São Paulo avança nas filiações. Em Campinas, a propaganda na TV e os outdoors

distribuídos pela cidade colaboram para o aumento das filiações. Os campineiros filiaram 250 pessoas, até agora. O estado do Rio já realizou 24 convenções municipais, aproximando-se da meta definida pelo Diretório Regional. Já o Pará fez 12 convenções e tem tudo para obter grande êxito na luta pela legalização.

Até o fechamento desta edição, seis estados estavam aptos para manter a sua vida legal. Porém, a lei determina que nove estados têm que cumprir os requisitos mínimos previstos para o Partido manter-se na legalidade. Por isso, a hora é de arregaçar as mangas e realizar as necessárias convenções municipais. (Marcos Ruy)

### Registro

Edgar Corrêa faleceu, aos 74 anos, no dia 25 de julho no Rio de Janeiro. Pai de Maria Célia (Rosinha), Elmo (Lourival) e sogro de Telma Regina (Lia), todos guerrilheiros do Araguaia. Edgar era amigo fiel do PCdoB e doava remédios ao Partido, que os enviava à guerrilha. Em 1980, ele idealizou a caravana de parentes dos guerrilheiros ao Araguaia.

## Não perca!



**Dia 2 de setembro, às 20h30min,  
os comunistas apresentam  
suas propostas na TV.**

## Dicionário Marxista

**Madalena Guasco Peixoto**  
Professora de Filosofia da PUC-SP

**Lei da unidade e luta dos contrários** - Esta lei da dialética revela por que os fenômenos se transformam; que todos os objetos e fenômenos constituem em verdade uma unidade entre contrários; e todos os objetos e fenômenos são compostos por contradições.

O estudo destas contradições internas de cada objeto e fenômeno não só nos dá a compreensão de como o objeto é, como também, nos aponta quais as possibilidades que ele contém de se transformar em outro objeto e fenômeno.

A ciência se encontra em descobrir quais as contradições internas de cada objeto, o fenômeno para poder entender quais as possibilidades internas existentes objetivamente para sua transformação.

**Lei das transformações quantitativas em qualitativas** - Esta lei diz como, de que modo, se

realiza o processo de desenvolvimento e transformação.

A qualidade e a quantidade em unidade, constituem aspectos do mesmo fenômeno e objeto, e em conjunto distinguem um fenômeno de outro.

Ao conhecer as contradições internas dos fenômenos e seu movimento, a ciência determina quais as mudanças quantitativas que interferirão na mudança qualitativa do fenômeno, e quais mudanças quantitativas que apesar de alternarem os fenômenos ainda não interferem na sua qualidade. Deste modo é possível compreender tanto o processo de desenvolvimento das contradições como o processo de transformação.

Esta lei revela que fenômenos possuem, sobre eles, uma qualidade que pode ou não arrearrear em sua transformação qualitativa.

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

Dicas

# Como sair da crise?

A edição número 30 da revista *Princípios* diz em seu editorial que "as classes dominantes brasileiras perderam a possibilidade de liderar qualquer projeto que busque o desenvolvimento soberano do país. Esta falência das oligarquias nacionais atualiza a necessidade de uma saída socialista para a crise brasileira." Em seu artigo, o economista Luiz Marcos Gomes analisa as causas e consequências do modelo econômico que levou o país à maior crise de sua história. Ele diz que 1% de super-ricos detém hoje 17% da riqueza nacional, e a continuar com essa política neoliberal, o abismo entre pobres e ricos tende a aumentar no país.

Outras questões importantes são



abordadas pela *Princípios*. O professor da USP e escritor Alfredo Bosi responde a algumas perguntas levantadas pela revista e entra no debate acerca da cultura nacional e sobre o processo de formação das idéias. Já a professora da UnB Maria Rita Leal comenta a arte de Elifas Andreato, tema de sua tese de doutorado. Há matérias, ainda, sobre o desemprego e o capitalismo, a Lei de Patentes, a Guerra de Canudos, o Cartismo, a violência contra a mulher etc. O preço de capa da *Princípios* é de CR\$ 350,00. Existe também um plano de assinaturas que possibilita ao leitor receber a revista em casa. Maiores informações com a Editora Anita, rua dos Bororós, 51 - 1º andar - São Paulo - SP - CEP 01320-020. O telefone é (011) 35-8150. (M.R.)

# A timbalada da Bahia

O músico baiano Carlinhos Brown lança, pela PolyGram, o seu primeiro disco. Com o nome de *Timbalada*, o LP tem 13 músicas e conta com as participações especiais do grupo *Religare*, na faixa *Filha da Mãe*, de autoria de Anna Lúvia, e de Nairdo Reis como compositor da música *Itaim para o Candeal* (*Armação sem Lente*), em parceria com Mário Conceição. Produzido por Wesley Rangel e por Carlinhos Brown, destacam-se as músicas



*Canto pro Mar*, de Brown, Beija-Flor, de Xexéu e Zé Raimundo, *Toque de Timbaleiro*, de Nem Cardoso e *Emílio*, de Jorge Benjor.

A timbalada é uma criação da Bahia, cujo principal representante é Carlinhos Brown. Com uma característica muito bem definida, o percussionista estréia no mundo fonográfico e já tem lugar assegurado entre os principais músicos da MPB. (M.R.)

# Agenda

**20 a 22/08** - 3º Congresso da União das Associações e Conselhos de Moradores de Olinda (UNACOMO)  
O tema principal do evento é: moradia com dignidade, uma questão de cidadania. Além dos debates programados, o Congresso elegerá uma nova diretoria para a entidade e definirá seu plano de lutas.

**24 a 28/08** - Plenária Nacional da CUT  
A CUT se reunirá na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo para fazer um balanço dos 10 anos da entidade e debater a conjuntura nacional. Também para preparar o 5º Concut e uma participação mais efetiva das mulheres na direção da CUT.

## ASSINE A CLASSE

Nome \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_  
Bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_  
Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_  
Profissão \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura semestral: Cr\$ 1.100,00 - Assinatura trimestral: Cr\$ 550,00  
Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 1.600,00

Preencha e envie hoje mesmo este talão para a **A Classe Operária**. Não mande dinheiro. Mandar cheque nominal e cruzado, ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412.

# Cultura



LUCY BLANCO

*Notas do Samba* com um roteiro dos principais espetáculos de samba pelo país afora. *Na Galeria da Fama* foi criado para prestar homenagem a um grande sambista que receberá o Troféu Record. O primeiro homenageado foi o cantor Jamelão. E para finalizar, vem o quadro *Antologia do Samba* com a presença de escolas de samba do Rio e de São Paulo para apresentar seus sambas-enredo de maior sucesso.

A escolha para apresentar o programa não poderia ser melhor. Zezé Motta, com sua experiência de 25 anos de carreira, consegue atrair os fãs com um carisma que poucos têm. Ela diz que já atuou em 22 filmes e só não fez mais, porque "o Collor acabou com o cinema nacional", lamenta. Trabalhou também em 12 novelas de TV e gravou seis LPs. Embora não se reconheça como grande intérprete de samba, ela diz que se sente gratificada por ter sido convidada a apresentar esse programa, "porque acredito que o samba é uma importante expressão cultural do povo brasileiro".

Há cinco anos sem gravar, o seu último disco foi *Quarteto Negro*, junto com Paulo Moura, em 1988. Zezé Motta explica que enfrentou muitas discriminações devido à cor de sua pele, "porque infelizmente no Brasil o racismo é camuflado, por isso, mais difícil de combater", mas explica que "a Zezé Motta não é mais discriminada, embora a Maria José tenha sido muito." Desde que estreou profissionalmente com a peça *Roda Viva*, de Chico Buarque, ela afirma que nunca mais parou de cantar e interpretar e promete voltar logo para os palcos. Para isso "já li 14 peças e pretendo encenar uma." O disco, Zezé Motta deve retornar assim que fechar contrato com uma gravadora que lhe dê tudo o que tem direito, ou seja, "uma boa divulgação e um bom lançamento", diz.

Sem xenofobia, o programa *Na Cadência do Samba* representa um espaço de resistência cultural em meio à predominância de enlatados norte-americanos na TV brasileira e ao domínio da música estrangeira nos meios de comunicação.

**"Quem não gosta de samba bom sujeito não é..."**

**Marcos Ruy**

A cantora e atriz Zezé Motta está de volta à TV como apresentadora do programa *Na Cadência do Samba*, da Rede Record. Todos os domingos, às 19 horas, esse show musical, criado e dirigido por Haroldo Costa, apresenta todas as tendências do samba e procura mostrar as suas diversas ramificações, indo do pagode à bossa-nova. Para Zezé Motta, esse programa está repercutindo bem porque "parece que todo mundo sentiu a necessidade do samba." Ela acredita que há "uma busca interessante da identidade nacional na cultura, o que ajuda a entender melhor o país e o povo brasileiro."

*Na Cadência do Samba* tem além da abertura, feita sempre pela apresentadora que canta duas músicas de seu repertório, mais cinco blocos fixos. O primeiro quadro é *O Canto do Compositor* que consiste numa entrevista com algum compositor de renome nacional, que verá as suas canções serem interpretadas por um cantor ou cantora convidados. A seguir vem o *Primeira Audição* que apresenta um artista de grande sucesso. Depois vem o bloco *As*

## Atenção

O Diretório Nacional do PCdoB está de telefone novo. O novo número é (011) 232-1622.



**Diretor e Jornalista Responsável:** João Amazonas - **Editora:** Ana Maria Rocha - **Redação:** Dilermando Toni, Guiomar Prates, Sueli Scutti, Marcos Ruy **Correspondentes:** Calucho Carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Linduarte Júnior (PE), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI) Niura Delfort (SE) - **Colaboradores:** Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy, Jefferson Barros, Juares Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Umberto Martins - **Projeto Gráfico:** Auracebio Pereira - **Diagramação:** José Luis Muñera Reyes - **Composição e Arte Final:** Compuart - Fone: (011) 251-1571 - **Fotolito:** Enfocke **Impressão:** Central Print - **Administração:** Vera Lúcia Lopes da Silva - **Fotografia:** Leandro Shilipake - **Secretaria:** Sílvia Regina Lopes - **Revisão:** Alexandra Araújo e Márcia Saraiva - Publicação quinzenal da Empresa Jornalística **A Classe Operária** - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo-SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412

### Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Av. Moreira e Silva, 430 - Farol - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704, Bloco G, Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhanguera, 3599 - Ed. São Luís - 3º andar - Centro - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - Centro - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua 13 de Maio, 3.853 - Sala 1 - Centro - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Manoel Barata, 1157 - Reduto - (091) 222-8733 - PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26 - Casa 6 - Centro - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - R. Vaz Godin, 86 - Centro - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. 11 casa 365 Conjunto Chagas Neto - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Av. Capitão Júlio Bezerra, 853 - São Francisco - (095) 225-1546 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Av. Mauro Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 37-8483 - TOCANTINS - Palmas - Avenida Goiás, 1962 - Centro.



# DE PELÉ A PARREIRA

A trajetória da decadência

Ary José Rocco Júnior  
Estudante de São Paulo

A derrota para a Bolívia por 2 a zero dia 25 de julho foi o ápice do vexame da seleção brasileira. Quase nada restou dos gloriosos tempos de Pelé. Hoje, a esperança do torcedor é o impeachment de Parreira, símbolo da cartolagem que toma conta do futebol tricampeão. A altitude de La Paz teste-munhou naquele 25 de julho um fato inédito na história do futebol mundial. Pela primeira vez em 40 anos de disputa, o futebol brasileiro perde uma partida pelas eliminatórias da Copa do Mundo. Apenas mais um dentre os vários fracassos colecionados pelo "escrete canarinho" nas duas últimas décadas.

Na esteira da crise moral, social e econômica que vive o país, o futebol pegou carona. Obrigado a conviver com dirigentes muito mais preocupados em se perpetuar no poder pela concessão de favores e artifícios políticos do que pela obtenção de resultados e seriedade de trabalho, o futebol se vê em meio ao caos.

Campeonatos inchados, longos e inexpressivos, obrigando clubes, jogadores e torcedores a excesso de jogos que nada valem. Calendário indefinido e lotado, onde ninguém sabe a data e a hora da partida do seu time preferido, não sobrando espaço para a seleção, seu planejamento e treinamento para competições importantes. Bagunça administrativa e descaso dos dirigentes que não se preocupam com a segurança dos estádios, a emissão de ingressos, a atuação dos cambistas, enfim, com a comodidade do torcedor que a tudo enfrenta pela paixão ao futebol. No comando da seleção uma comissão técnica, encabeçada por Parreira e Zagalo, arcaica e desinformada dos rumos do futebol moderno, que despreza até o potencial de seus atletas e a geografia boliviana.

"Revolução" no futebol. Mas nem sempre foi assim. Em 1958 e 1962, por exemplo, o plano elaborado pelo jornalista Paulo Machado de Carvalho levou o Brasil ao bicampeonato mundial. Com organização e estrutura dentro e fora do campo, onde a equipe tinha dentista, psicólogo, supervisor e principalmente abertura e diálogo entre atletas e comissão técnica. Era a época de ouro de Pelé e Garrincha.

Com o sucesso das duas



conquistas, os interesses políticos passaram a coabitar com o futebol. Vivíamos sob o regime militar quando a seleção iniciou os preparativos para a Copa do Mundo de 66. No poder, o marechal Castelo Branco. Através do Ato Institucional número 3, o povo perdia o direito de escolher, por eleições diretas, os governadores de estados. Na seleção, João Havelange dispensou Paulo Machado de Carvalho para levar sozinho as glórias do tricampeonato. Foram convocados 44 jogadores para agradar a todas as alas e estados. Este grupo, dividido em quatro times, saiu pelo país cumprindo compromissos políticos da Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Resultado: não passamos nem pela primeira fase. No retorno, o Serviço Nacional de Informações (SNI) cuidou para que o desembarque fosse tranquilo, sem distúrbios. Eram os efeitos da "Revolução de 64" sobre o "escrete" nacional.

Para a Copa de 70, o jornalista João Saldanha, anunciado técnico, convocou 22 jogadores e definiu 11 titulares. Arrasamos nas Eliminatórias, mas as denúncias de torturas e assassinatos cometidos no Brasil, feitas por Saldanha no exterior, desagra-

davam ao então presidente Médici. Zagalo assume o comando da seleção mudando o time de Saldanha e colecionando vaias por todo o país. Antes de ir ao México, por pressão da opinião popular que inclusive motivou sugestões dos militares, retornaram as "feras de Saldanha". Brasil tricampeão mundial com a melhor equipe que o mundo já viu jogar. Era o que faltava para o "milagre brasileiro".

Retorno ao caos. Depois da conquista de 70, o futebol brasileiro passou a servir cada vez mais aos interesses do governo militar, à cartolagem e à politicagem. Nos tempos do AI-5, a CBD, presidida pelo almirante Heleno Nunes, tornou-se uma instituição eleitoreira. O Campeonato Brasileiro foi criado e inchado ano a ano, atingindo 96 clubes em 1979, compreendendo 70 municípios com representantes. Era a época da máxima: "onde a Arena vai mal, time no nacional". Com o excesso de jogos e a inexistência de um calendário, novos fracassos: 74 e 78.

No começo dos anos 80, Giulite Coutinho assume a já Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e decide que os objetivos de seu campeonato nacional deveriam

ser exclusivamente esportivos. Flamengo e Grêmio tornam-se campeões mundiais de clubes - em 81 e 83, respectivamente. A seleção perde a Copa de 82, mesmo jogando o melhor futebol da competição. Em 86 e 90 novos fracassos, consequência de vaidades pessoais, falta de profissionalismo e desorganização.

Atualmente, o futebol brasileiro parece estar retomando os caminhos da década de 70. Campeonatos são criados e inchados para garantir votos e interesses. A Copa do Brasil, reunindo os campeões regionais de todos os estados e os vices de alguns, permite que a diretoria da CBF, presidida por Ricardo Teixeira, assegure apoio de todas as federações e se perpetue no poder. O Grêmio de Porto Alegre, rebaixado em campo para a segunda divisão do Campeonato Brasileiro, teve sua vaga assegurada na primeira divisão graças ao aumento de participantes dos atuais 20 para 32. Vale lembrar que o Milan italiano, três vezes campeão mundial e quatro vezes europeu, já foi duas vezes rebaixado para a segunda divisão. Não houve cartolagem que impedisse.

Saudosista daquela época, Ricardo Teixeira entregou o comando da seleção à dupla Parreira-Zagalo, que pouco fizeram pelo futebol brasileiro. Parreira foi campeão brasileiro pelo Fluminense, mas especializou-se no "moderno" futebol árabe. Zagalo acredita que o melhor ataque é a defesa. Para acompanhá-los, uma comissão técnica atrapalhada que não hesitou em "crucificar" o goleiro Zetti para esconder sua própria ignorância. Todos frutos de um processo que começou na década de 60, ganhou força nos anos 70 e nunca mais deu glórias ao nosso futebol.

Mas no Brasil ainda temos exemplos de organização e seriedade. Com uma administração competente e moderna, dirigentes do São Paulo e Palmeiras estão colocando seus clubes na linha de frente do futebol mundial. O "tricolor" é campeão do mundo e bicampeão sul-americano. O "verdão" reencontrou seu passado de títulos e glórias. Resta a CBF e as federações regionais aprenderem a lição com seus filiados.

Sem planejamento, organização e seriedade de resultados como o de La Paz podem se tornar perigosa rotina. A curto prazo só resta uma saída para não termos que assistir a Copa sem torcer. Fora Parreira.